



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

7/1

**ATA Nº 25/XIII-2º/2021-25**

**1 - Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, nas instalações do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, sitas na rua Dr. Pires de Castro, nº 12, em Almada, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de dezembro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:**

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;**
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia;**
- 3 - Período da Ordem do Dia.**
  - 3.1 – Apresentação de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Almada;**
  - 3.2 – Eleição de Comissários para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada;**
  - 3.3 – Apreciação e votação da “Proposta de Criação da Comissão Eventual sobre o desmantelamento e realojamento do Bairro do 2º Torrão”, por proposta do CDS-PP nos termos do nº 2, do artigo 46º, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada;**
  - 3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Saída do Município de Almada da AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal”;**
  - 3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifas e dos Preços a cobrar pelos SMAS em 2023”;**
  - 3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2023”;**
  - 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS para o ano de 2023”;**
  - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2023 da WEMOB”;**
  - 3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Almada para o ano de 2023”;**
  - 3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Lançamento de Derrama para o ano de 2023”;**
  - 3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2023”;**
  - 3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Participação no IRS sobre os rendimentos no ano 2023”;**
  - 3.13 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI para o ano de 2023”;**
  - 3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada”;**
  - 3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano anual de atividades para 2023 – Provedor dos Animais do Município de Almada”;**
  - 3.16 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nova Estrutura Orgânica Nuclear e Flexível dos SMAS de Almada”;**



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

3.17 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de Parque de Estacionamento, em Cacilhas”;

3.18 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concessão do uso privativo do Domínio Público Municipal para instalação e exploração publicitária de mobiliário urbano – Proposta de decisão de contratar de Concurso com publicidade internacional”;

3.19 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), António Francisco Salgueiro (PSD) e Inês Pizarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Olga Natália Maia Mariano (PS), António Paulo Júnior (CDU), Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD) e Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Raquel Palhotas Pacheco.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas:

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência do senhor Vereador José Luís Riço Bucho de Matos, substituído por Mara Rita Silva Martins e da ausência da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua, substituída por Jefferson Oliveira.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes João Rocha, João Antunes e Pedro Rebelo.

5.1.1. – O Senhor Múncipe João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ultimamente, tenho feito uma retrospectiva de todas as obras já executadas pelo atual executivo, nesta União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, tendo constatado que, em apenas 5 anos de mandato, já foram realizadas mais obras, relacionadas com a mobilidade e outras, nesta União de Freguesias que, durante



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

71

mais de 4 décadas, por todos executivos cessantes. Acontece que, em todas elas aparece de imediato uma força política a criticar essas mesmas obras, passo então a citar o seguinte:

Recentemente, a rua do Movimento das Forças Armadas, com o início nas imediações da rotunda do Lazarim, e término no cruzamento das ruas Jaime Cortesão e Quinta dos Medronheiros, foi toda ela requalificada recentemente, sendo esta considerada uma das estradas mais perigosas deste Concelho, pela falta de passeios, bandas subelevadas e (forma mais adequada, para os motoristas de qualquer tipo de veículo reduzir a velocidade e, garantir segurança para os transeuntes) e sumidouros de águas em toda esta, originando constantemente, acidentes de viação e atropelamentos a sexagenários, quando esses se dirigiam para o Centro de Saúde da Sobreda, os quais por vezes tinham alterar o percurso para uma zona de mato, para evitar qualquer situação anómala, que pudesse causar danos físicos, até chegarem ao seu destino final (Centro de Saúde da Sobreda). Todavia, após a conclusão dos trabalhos desta, apareceu de imediato a crítica dessa mesma força política, em relação ao excesso de bandas sobelevadas e ciclovias colocadas nesta.

Acrescento também que na Sobreda, mais concretamente na rua da Liberdade, existe um ilhéu (provavelmente será fachada de uma vivenda) idêntico aos existentes na Região Autónoma dos Açores, no centro desta rua, há sensivelmente meio século, sem que fosse encetada qualquer diligência pelos executivos cessantes, para a resolução desta situação que, demonstra o abandono a que esta vila esteve sujeita. Contudo, o atual executivo, já moveu contra o atual proprietário, um processo administrativo, o qual está a decorrer os seus tramites em Tribunal, porque situações desta natureza, colocam em perigo transeuntes e automobilistas que, não devem existir seja ela qualquer for a localidade, em pleno século XXI.

Em tempo, ultimamente, tenho constatado que uma força política, representada nesta Assembleia Municipal, tem demonstrado uma grande preocupação em relação aos vários processos de reconversão das Augis que, estão a decorrer presentemente nos serviços técnicos deste Município, considera o signatário que, tal atitude é extemporânea, pelo fato de existirem processos de Augis a decorrerem neste Município, com cerca de meio século de existência.

Termino, transmitindo aos cerca de 30.000 habitantes, residentes em Augis sediadas na área de jurisdição deste Município que, presentemente os processos das Augis, foram afastados da síndrome da burocracia dos papeis, cujo esse mérito se deve a Presidente Inês de Medeiros e restante Executivo.”

### 5.1.2. – O Senhor Município João Antunes:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que me traz aqui é o seguinte: hoje mesmo recebi uma notificação do Departamento de Fiscalização da Câmara Municipal de Almada, para retirar os chapéus da esplanada que implantei junto ao meu estabelecimento no Largo Alfredo Dinis.

Sendo um Largo muito ventoso como todos nós sabemos, eu fixei os chapéus ao solo e é essa a questão que leva a que a Fiscalização me dê 48 horas que eu acho muito curto, recebi hoje a notificação, para retirar os chapéus do lugar.

Acontece o seguinte: eu apresentei em 2012 um projeto à Câmara Municipal, em que me foi dada a autorização para colocar corta ventos fixos ao chão. Aquando agora das obras, fui abordado por engenheiros da Câmara Municipal como das obras, para retirar os corta-ventos porque ia ser feita ali uma intervenção e inclusivamente dizendo que que eles também poderiam tirar, mas podiam ser danificados e que seria melhor ser eu a retirar para se depois querer voltar a colocar lá. A minha pergunta é a seguinte: eu tenho essa licença de utilização, uma vez que vou ter que tirar os chapéus, eu não tenho onde os guardar, eu tive o cuidado de instalar a esplanada deixando um corredor de 3 metros em direção aos barcos e 3 metros na horizontal, para haver passagem. O que me dizem é que os chapéus, por causa das pessoas invisuais que podem causar transtorno. À volta da esplanada foram colocados pilaretes de uma altura de mais de um metro, eu pergunto: os pilaretes já não vão prejudicar os invisuais? E os chapéus fixos no chão prejudicam? Eu gostava que alguém me respondesse. Eu não me oponho a ter que tirar os chapéus, com certeza eu tiro, mas eu vejo na cidade de Almada, em vários locais como todos vocês veem, esta mesma questão dos chapéus fixados ao chão. Ali é uma zona muito ventosa e eu ao colocar o chapéu em suportes que até se torna mais perigoso, pode sair o chapéu e magoar alguém.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Gostava que alguém me dissesse se posso continuar a ter os chapéus da forma que estão, fixos, que não prejudicam ninguém, eu abro o estabelecimento às 5H00 e encerro-o à meia-noite. Só podia tirar os chapéus da meia-noite às 5H00, é uma hora em que não existe grande movimento de pessoas, naquela zona.”

5.1.3. – O Senhor Município Pedro Rebelo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O STAL veio aqui hoje para se dirigir ao Órgão que aqui está hoje. Portanto, vem essencialmente para se dirigir aos Deputados Municipais, em virtude do conjunto de decisões que o executivo entende com a legitimação que tem, umas não tomar e outras tomar.

Entendemos que a Assembleia Municipal é um espaço democrático e que tem o papel magnânimo naquilo que diz respeito ao de vir do Concelho de Almada em que os trabalhadores deste Concelho não podem estar fora da reflexão que estes Deputados Municipais fazem.

Hoje realizou-se uma marcha contra o empobrecimento, o empobrecimento que não é apenas um fenómeno que está anexado aos trabalhadores desta autarquia, que infelizmente está de uma forma geral a acontecer por todo o país e a verdade é que o executivo da Câmara Municipal tem mecanismos à sua disposição que lhe permitem amenizar o estrago que está a ser feito a nosso ver pelo Governo da República e que importa utilizar todos os mecanismos que estão à disposição para mitigar aquilo que é o enquadramento da vida dos trabalhadores por esta altura.

E então vejamos, nós trabalhadores perdemos em 13 anos, em média 14% do poder de compra, esta é a verdade, é uma linguagem aritmética que importa aprofundar e transportar para a vida real, que explica, demonstra, que o contexto que vivemos é de emergência. Há muito mês para pouco salário, o supermercado pesa, a conta da luz pesa, a conta do gaz pesa, a conta da água pesa, a renda da casa pesa, tudo isso pesa em contraponto à leveza do salário que voa empurrada pelo vento em género de brincadeira. Mas o que pode então este Órgão fazer aprovar?

Em primeiro lugar a opção gestionária, o artigo 158º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, pode possibilitar aos trabalhadores da Câmara Municipal, progredir de seis em seis pontos, media de seis em seis anos, em vez de dez em dez pontos ou de dez em dez anos. Ora, há neste momento um grande punhado de trabalhadores da Câmara Municipal e dos SMAS de Almada, em condições mediante esta decisão de progredir. Aliás, foi dada uma justificação por parte da Câmara Municipal por via da Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, dizendo no cenário que acabei de escrever sobre o empobrecimento, que é suficiente aquilo que o Governo fez, é esta assunção, não conseguimos interpretar as palavras de outra forma, como se de leviandade se tratasse a vida dos trabalhadores, aliás, dos trabalhadores aqui ou noutra qualquer.

Depois a questão da maior abrangência do suplemento de penosidade e insalubridade, nós não o interpretamos apenas como uma mediada financeira, económica, interpretamos aqui como uma parte da legitimação dos conteúdos funcionais dos trabalhadores e a atribuição desse suplemento com base nisso. Continua por explicar porque é que os trabalhadores dos espaços verdes, não têm o suplemento, este suplemento de penosidade insalubridade, continuamos a aguardar uma explicação que até hoje não nos chegou.

Depois a questão dos trabalhadores da WEMOB. Os trabalhadores da WEMOB, lutaram muito até hoje, estiveram uma semana à porta dos Paços do Concelho, duas horas por dia, realizaram uma greve de um dia inteiro e hoje manifestaram-se contra o empobrecimento generalizado. Houve trabalhadores que viram a reivindicação respondida com os 100.00€ (cem euros) por trabalhador, mas dizer-vos que 43% dos trabalhadores continua apenas a 10.00€ (dez euros) do Salário Mínimo Nacional com tudo o que isto significa, da resposta real não da aritmética, é da resposta real, à questão da vida concreta das pessoas.

Depois, a dignificação das carreiras que até hoje estamos a aguardar, a resposta às carreiras dos trabalhadores da WEMOB, a verdade é que já nos foi dito, mas aguardamos com expectativa, estamos a colocar isto ao Órgão Municipal, no sentido de poder aflorar o melhor possível no tempo que resta, que é: os trabalhadores que estão



alguns deles há quinze anos serem colocados num verdadeiro apagão como se não tivessem trabalhado aquele tempo quando forem colocados na carreira.

Depois uma outra questão. Repor as valências do Serviço de Saúde Ocupacional, devolver a creche aos nossos filhos, manter os preços do refeitório e a sopa gratuita, e terminava com uma nota que tem a ver com a questão do autoritarismo.

Já houve manifestações de autoritarismo em órgãos municipais, não foi só hoje, mas houve alguns recentes. E queremos vos dizer o seguinte: o ambiente que se vive nos serviços da Câmara Municipal, estão espelhados nessa atitude. E não é só nesta atitude. Houve dirigentes sindicais à porta de uma Junta de Freguesia acusados de sabotagem por um Deputado Municipal que subscreveu a isto, Senhor Pedro Matias. Se isto fosse verdade, em Tribunal, significava 3 dirigentes encarcerados de 3 a 10 anos de prisão, se isto fosse para a frente, diz o Tribunal que a única coisa que esteve em causa foi o exercício dos direitos sindicais. Deixamos isto para reflexão.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Vereadora Francisca Parreira, e os Senhores Deputados Municipais João Galdes e Pedro Matias.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma muito sucinta, naturalmente, agradecer sempre as palavras do Senhor Múncipe João Rocha, sempre simpático, generoso e afável.

Relativamente à questão do Senhor João Antunes, do Sabores do Tejo, se o Senhor Presidente da Mesa me permitir depois passarei a palavra à Senhora Vereadora Francisca Parreira.

Relativamente à intervenção do Senhor Pedro Rebelo do STAL, infelizmente como se pode comprovar por variadíssimas intervenções que costuma aqui fazer, a Câmara Municipal está sempre disponível a debater a dialogar, desde que não seja um diálogo de surdos e sobretudo desde que não estejamos sempre a falar de realidades completamente dispare, porque nada do que o Senhor Pedro Rebelo diz, de facto, não encontramos no quotidiano, quando vamos a Vale Figueira, quando falamos com as equipas, quando estamos com os trabalhadores, claro que há problemas, claro que poderemos sempre melhorar a nossa relação. Mas este clima apocalíptico e de totalitarismo que o Senhor Pedro Rebelo gosta de enfatizar e de dramatizar, não deixando ninguém indiferente em relação aos seus dotes oratórios e à sua especificidade dramática, mas de facto, não corresponde a nós, nunca, quando falamos diretamente com os trabalhadores.

Quero dar aqui nota e um agradecimento à Senhora Vice-presidente, Vereadora dos recursos Humanos, justamente por estar sempre disponível para todos os trabalhadores, para todas as entidades sindicais e de facto, voltar a reafirmar algo que eu já reafirmei muitas vezes, que é a importância que nós damos ao movimento sindical, mas para o movimento sindical cumprir plenamente a sua função, tem que ter pessoas disponíveis para estabelecerem verdadeiros diálogos.”

5.2.2 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer ao Senhor Múncipe João Antunes que conheço profundamente o processo cuja notificação recebeu hoje, aliás, a notificação vai assinada por mim, e firmada por mim. Dizer-lhe que tenho todo o gosto em poder explicar o caso concreto, a sua esplanada está devidamente licenciada, ela esta licenciada e autorizada pela própria União de Freguesias, falei aliás, com o Vogal da União de Freguesias que fez e faz também a gestão destes processos, mas o que é um facto, é que a afixação de guarda sois no solo, constitui ocupação de espaço público. E efetivamente a questão que se coloca aqui, poderíamos eventualmente questionar como o Senhor questiona, se um suporte guarda sol é ou não é uma barreira arquitetónica. Claro que é. E é diferente de um pilarete, porque a altura do pilarete visível que habitualmente bate na anca, não é altura de um suporte guarda sol que



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

não é visível sequer a determinado nível. Mas não é essa a questão concreta que se coloca no âmbito deste processo de fiscalização, não é o facto de ser, aliás, na leitura e naquilo que é o planeamento da cidade, nós temos que ter em consideração as barreiras arquitetónicas. Mas no âmbito do processo de fiscalização, o grande problema é que essa afixação no solo que não é amovível, não está devidamente autorizado, e por isso foi notificado não para a retirada da esplanada, mas para a retirada fixa do apoio do guarda sol.

De qualquer maneira eu terei todo o gosto, porque tenho sede até domicilio profissional naquela área, de poder visitar o estabelecimento, de poder verificar in loco se bem que o processo tem as fotografias que foram retiradas pelos fiscais que acompanharam o processo, e de facto, o suporte não está licenciado, e não estando licenciado, a fiscalização cumpriu a sua missão e cumpriu o seu dever.

Aliás, eu aproveito para saudar todos os profissionais que no seu dia a dia de forma capaz e de forma capacitada, fazem também a supervisão do nosso espaço público. Todos nós temos a obrigação de construir uma cidade mais segura e, portanto, aquilo que às vezes parece mais comodo ou comodo para uns, pode ser incomodo para outros. Compreendemos também a questão do vento e a questão que aqui colocou, mas de qualquer maneira, depois no local eu terei todo o prazer e todo o gosto em falar consigo.”

### 5.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU pediu a palavra para sublinhar que, é recorrente a vinda até a esta Assembleia Municipal, no exercício pleno dos direitos que assistem aos cidadãos e que assistem aos representantes dos trabalhadores democraticamente eleitos, de virem a esta Assembleia Municipal um conjunto de problemas vastos que são colocados por essa representação sindical dos trabalhadores. O que indicia em si mesmo que, goste a Senhora Presidente da Câmara Municipal ou não, existem problemas por resolver na Câmara Municipal de Almada, que nós também entendemos que a Câmara Municipal tem condições para resolver e para responder de outra forma.

A CDU, não pode por isso deixar de expressar aqui toda a solidariedade à luta dos trabalhadores e o seu apoio, aliás, como vamos fazer refletir em várias intervenções, vamos ter ao longo da noite hoje, exatamente esta ideia de que a Câmara Municipal tem condições e tem recursos para responder de uma forma positiva ou mais positiva, aquilo que são os direitos dos trabalhadores desta autarquia.”

### 5.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Amorim Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Veio aqui o Senhor Pedro Rebelo do STAL fazer uma intervenção sempre fora do tempo e sem nexos, mas os factos que aconteceram e aqui referidos, não aconteceram como membro da Assembleia Municipal, mas como Presidente de Junta. E aquilo que se passou é aquilo que se vinha a passar há muitos anos e que era uma prática recorrente no Concelho de Almada, que era sempre que existe uma greve há trabalhadores que aderem à greve e há trabalhadores que não aderem. E o Senhor Pedro Rebelo e o STAL, tinham como prática, tinham agora já não tanto, pelo menos nos últimos tempos não apareceram lá, não sei se andam escondidos ou se andam noutras vidas, os trabalhadores que queriam trabalhar e que iam a sair com os camiões para trabalhar, eram impedidos e ameaçados com barras de ferro. Nós tivemos que tomar medidas e chamar a Guarda Republicana, para que fosse colocada a legalidade, porque o direito é greve é um direito constitucional, é um direito sagrado. Mas o direito a quem quer trabalhar também é um direito sagrado, e nós temos que cumprir integralmente, e respeitar quem quer fazer greve e respeitar quem quer trabalhar. E como sabem em Almada era uma prática recorrente, fechavam os portões a cadeado, na Câmara Municipal de Almada, no estaleiro em Vale Figueira, nas Juntas de Freguesia, quem queria trabalhar não podia. Toda a gente sabe como era aqui em Almada, não preciso estar a explicar nada a ninguém, a não ser alguns que estão cá há meia dúzia de dias. Eu conheço muito bem como era a prática dos sindicatos. Agora, o que nos fizemos e vamos continuar a fazer, estamos abertos como diz a Senhora Presidente da Câmara Municipal e bem, a falar com todos os sindicatos, a falar com todos os dirigentes, para resolver os problemas dos trabalhadores, é verdade que têm vindo a perder poder de compra, têm muitas dificuldades, temos que reconhecer isso e é necessário dar um passo em frente e valorizar carreiras



e promover os trabalhadores, tudo isso está muito certo. Agora, tem que ser dentro da legalidade e o respeito pelos outros. O Senhor Pedro Rebelo é o useiro e vezeiro destas situações. Penso que no futuro é preciso que as pessoas sejam responsáveis, tem que haver responsabilidade na gestão desses dossiers e não é com este tipo de situações que se resolve. E só quero dizer mais uma coisa, o STAL e o Senhor Pedro Rebelo vem aqui pedir à câmara Municipal que faça opção gestonária, se calhar até concordo, mas eu pergunto, desde que a opção gestonária foi uma possibilidade na Lei, quantas vezes o Partido Comunista fez na Câmara Municipal de Almada.”

**6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.**

**6.1 – O Senhor Presidente informou o plenário de que haviam dois pedidos de alteração da agenda e os quais tinham que reunir uma maioria de dois terços:**

**6.1.1 – Alterar o ponto 3.2 para o final da agenda (antes do ponto 3.19).**

**6.1.2 – Alteração solicitada pela Câmara Municipal referente ao ponto 3.9 “Opções do plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do município de Almada para o ano de 2023” para antes do ponto 3.14.**

**6.1.3 – No debate usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP).**

**6.1.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, para a Câmara Municipal é indiferente a forma e a ordem pela qual apresenta do ponto de vista da apresentação e da fundamentação. Mas do ponto de vista técnico, nós fomos alertados que há aqui uma incoerência de estarmos a aprovar um orçamento que se baseia em pressupostos de receita e estar a votar essa receita que sustenta o orçamento, após a própria aprovação do orçamento, por absurdo significaria que nem sequer seria necessário estar a votar a própria receita. Isto é aliás, uma regra que não é deste ano, que normalmente é uma regra que todos os serviços, penso que até na Assembleia da República se aplica, primeiro vota-se a receita e vota-se a receita que vai sustentar o orçamento que é apresentado. Eu não consigo perceber porque é que esta Ordem surgiu desta forma, nem fazer o histórico. Agora, fomos alertados para que há claramente um erro na apresentação e votação, aliás tem sido nesta ordem que temos votado todos os anos, primeiro a receita e depois o orçamento porque é preciso uma base de sustentação para o próprio orçamento. E é por isso que apelamos aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais que aceitassem, no fundo repor uma Ordem que é a Ordem administrativa e que os serviços nos dizem que é a Ordem correta e aliás, legalmente exigível para este tipo de votações.”

**6.1.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-PP não tem qualquer problema em discutir aliás, temos que discutir o orçamento e temos que votá-lo. Agora, a questão é como é que isto chega a este ponto? A Senhora Presidente da Câmara Municipal diz aqui que incoerência e por absurdo, mas como é que chegamos a esta incoerência e este absurdo? Como é que os serviços falham nesta situação? Os Senhores têm assessores, têm técnicos, como é que nós chegamos a uma Ordem de Trabalhos que está prevista há duas semanas e só agora é que descobrem? Com certeza nós também temos a culpa, se calhar também devíamos saber, mas eu não sou técnico, eu não sou pago para fazer estas Ordens de Trabalho. Portanto, Senhora Presidente, acho que tem que haver respeito pelos almadenses e por esta Assembleia Municipal.”

**6.1.6 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação da segunda alteração à agenda.**

**6.1.6.1 – A alteração do ponto 3.2 reuniu consenso do plenário;**



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.1.6.2 – a alteração do ponto 3.9 obteve a seguinte votação: 17 votos contra sendo 11 votos dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra; 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP e 21 votos a favor sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD e um da eleita do PAN.

6.2 – Entrou-se no período de continuação da apreciação dos documentos apresentados e usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais António Pedro Maco (CDS-PP) e Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/a Deputados/as Municipais;

Ontem a Senhora Presidente da Câmara Municipal fez uma intervenção e agradeço as respostas que deu ao CDS-PP, vou comentar apenas a resposta da Senhora Presidente relativamente à proposta do CDS-PP para implementação do nome do Zé Pedro dos Xutos e Pontapés, na Costa da Caparica.

O CDS como afirmou, é sensível ao argumento da Senhora Presidente, onde argumenta que é um processo burocrático e pode criar transtornos aos munícipes para a alteração da morada de vias ou artérias deste mesmo Concelho e somos totalmente sensíveis a esse ponto. Agora, Senhora Presidente, aquilo que o CDS pergunta é se do seu ponto de vista, se quiser responder, se entende ou não que esta homenagem ao Zé Pedro dos Xutos e Pontapés é justa ou não no Parque Urbano da Costa da Caparica, visto que é lá por exemplo, onde acontece o festival Sol da Caparica e se podíamos conjugar estas duas situações.

E a outra questão Senhora Presidente, disse também que argumentou relativamente à criação de uma Comissão para a toponímia e queria fazer uma pergunta não pondo em causa a pessoa que é, nem pondo em causa a justíssima homenagem que foi feita, que é: se a atribuição à Pista de Atletismo da Sobreda, ao nosso maratonista Alberto Chaíça, se realmente se também entrou, se estava à espera dessa Comissão de Toponímia ou não e porque é que foi apresentada essa proposta e aceite, porque é que, por exemplo, para o Zé Pedro dos Xutos e Pontapés é necessária e, portanto, vamos ficar a aguardar por essa Comissão?”

6.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/a Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, se há alguém que eu gostava e admirava era o José Pedro dos Xutos e Pontapés e devo dizer que tenho uma grande honra em poder conhece-lo e falar com ele, e era de facto alguém que, não sendo um amigo próximo nem íntimo, e quero deixar isso claro, não quero estar a inventar amizades próximas, mas era alguém que eu profundamente admirava não apenas como músico, mas como pessoa e pelo pensamento que ele tinha sobre a música, sobre a liberdade, sobre os valores, sobre a vidas, e, portanto, a questão da Comissão é justamente para não ser eu sozinha com, naturalmente a minha subjetividade e a minha sensibilidade, a estar a decidir se o José Pedro dos Xutos e Pontapés ou outro qualquer.

No caso da denominação do Alberto Chaíça à Pista de Atletismo da Sobreda, é porque justamente, havia um evento e é essa questão que levamos, havia os 25 anos da Pista e foi considerado e houve uma proposta dos serviços do desporto, do Senhor Vereador do Desporto, que se marcasse este quarto século, desta construção, que é uma construção, eu agora não vou aqui reproduzir as palavras do Senhor Vereador António Matos, de uma pista que fez história e que é uma referência nacional e internacional e provavelmente até universal, não leve a mal, digo isso com ternura, espero que acredite nas minhas palavras. Mas agora de forma mais simples, até porque é verdade que foram também levantadas dúvidas, houve de facto, uma ponderação até pelo facto de o Alberto Chaíça ser claramente uma marca e uma personalidade de Almada. Coisa que não acontece com Zé Pedro, eu relembro por exemplo, o Tim tanto que eu saiba é mais almadense do que o Zé Pedro. E é igualmente a alma dos Xutos. E, portanto, não é minorizando nada do Zé Pedro dos Xutos e Pontapés, mas é que seja por exemplo, de facto, a atribuição de um parque tão importante, de um elemento tão emblemático do Concelho de Almada e em particular da Costa da Caparica, parece-nos a nós que, se for totalmente



consensual, Senhor Deputado Municipal, quem sou eu para estar a pôr em causa isso. Mas por exemplo, neste caso em concreto, levantou-se logo uma questão: e o Tim? É porque o Tim é de facto almadense.”

6.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/a Deputados/as Municipais;

Relativamente à proposta do CHEGA sobre painéis solares, nós pedimos que seja retirada a alínea g) da parte deliberativa, onde diz: “que seja revisto o Orçamento”. Nós deixamos cair essa alínea, para não estar aqui a gerar qualquer choque com o orçamento.”

6.2.4 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.2.4.1 – A Recomendação de Reservatórios de Águas Pluviais em Escolas e espaços públicos, foi rejeitada com 31 votos contra sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra e 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE e 7 votos a favor sendo 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.

6.2.5 – A Recomendação de Painéis Solares em todas as Escolas do Município de Almada, foi rejeitada com 31 votos contra sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra e 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE e 7 votos a favor sendo 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.

6.2.6 – O Voto de Louvor às Forças de Segurança, foi rejeitada com 32 votos contra sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 da eleita do PAN e 6 votos a favor sendo 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.2.7 – O Voto de Louvor ao Major-General Jaime Neves e aos militares que fizeram o 25 de novembro de 1975, foi rejeitada com 32 votos contra sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 da eleita do PAN e 6 votos a favor sendo 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.2.8 – A Recomendação sobre a Criação do Conselho Municipal de proteção e bem-estar animal, foi aprovada por maioria com 11 abstenções de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra e 27 votos a favor sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.

6.2.9 – A Moção Saudação do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, foi aprovada por unanimidade.

6.2.9.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) anunciou a apresentação de uma declaração de voto por escrito.

6.2.9.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No cumprimento do reconhecimento daqueles que devem ser os direitos das pessoas com deficiência, proclamados em sede da ONU, o CDS-Partido Popular revê-se positivamente na Saudação do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência apresentado em Assembleia Municipal.

Todavia, e apesar de muitos passos terem sido dados ao longo dos anos para o afastamento de estigmas, de falta de oportunidades, de estereótipos, de desconfiança e de muitas das vezes falta de compreensão e mesmo de informação, o CDS-Partido Popular entende que há ainda um longo caminho a percorrer até que as pessoas com deficiências vejam a sua condições e direitos plena e verdadeiramente salvaguardados na sociedade.

Ao nível das autarquias locais, esse trabalho está ainda a meio caminho, razão pela qual, é urgente e necessário que também em Almada o tema em apreço possa ser levado ainda mais em consideração, nomeadamente a começar pelas constantes e inúmeras barreiras que os cidadãos com deficiência encontram no seu dia-a-dia.

O espaço público tem obrigatoriamente de ser pensado para todos, onde todos possam ter oportunidade de usufruir desse espaço em segurança e em comodidade tornando-se inclusivo e integrador de todos.

O CDS-Partido Popular apela assim à autarquia e aos seus decisores que direcionem as suas políticas de uma forma verdadeiramente abrangente, reforçando essas políticas junto daqueles que mais precisam.”

**6.2.10 – A Moção/Deliberação sobre Dia Internacional para a eliminação da violência contra as Mulheres foi votada por ponto:**

**6.2.10.1 – Os considerandos foram aprovados por maioria com 17 votos contra de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 abstenções de eleitos do Grupo Municipal do BE e 18 votos a favor sendo 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.**

**6.2.10.2 – Todos os Pontos exceto os pontos 4 e 5 foram aprovados por unanimidade.**

**6.2.10.3 – Os pontos 4 e 5 foram rejeitados por maioria com 23 votos contra sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD e 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE e 15 votos a favor sendo 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.**

**6.2.11 – A Moção/Deliberação Contra o racismo e a xenofobia, foi aprovada por unanimidade.**

**6.2.12 – A Moção/Deliberação em defesa da justiça no acesso de todos à água, foi aprovada por unanimidade.**

**6.2.13 – A Moção/Deliberação Palestina: 75 anos de promessas traídas. É tempo de dizer basta!, foi aprovada por maioria com 32 votos a favor sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 da eleita do PAN, 3 abstenções de eleitos do Grupo Municipal do PSD e 3 votos contra sendo 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.**

**6.2.14 – A Moção/Deliberação Pela abolição das portagens em Almada, foi aprovada por maioria com 20 votos a favor sendo 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, 1 abstenção da eleita do PAN e 17 votos contra de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.**



6.2.15 – A Saudação à luta dos trabalhadores portugueses, foi aprovada por maioria com 19 votos a favor sendo 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP, 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 17 votos contra de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.2.16 – A Moção sobre o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestiniense, foi aprovada por maioria com 32 votos a favor sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 da eleita do PAN, 3 abstenções de eleitos do Grupo Municipal do PSD e 3 votos contra sendo 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.2.17 – A Moção sobre Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, foi aprovada por unanimidade.

6.2.18 – A Moção Pelo incentivo à fixação de profissionais de saúde no ACES Almada-Seixal e pela melhoria das condições de prestação de cuidados de saúde, foi aprovada por unanimidade.

6.2.18.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

6.2.18.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Perante os graves problemas que assolam o Sistema Nacional de Saúde em Portugal, o CDS-Partido Popular revê-se quer nos considerandos quer na parte deliberativa, uma vez que demonstra bem as deficiências e necessidades que o sector público da saúde se vê confrontado no concelho de Almada.

A falta de profissionais de saúde, onde se incluem médicos de família, médicos especialistas, enfermeiros e pessoal auxiliar, junta-se às fragilidades de um sistema que fica muito aquém das prioridades e necessidades básicas e elementares dos utentes que utilizam o SNS.

De lembrar as promessas falhadas da construção do Centro de Saúde do Feijó que se arrasta de ano para ano e de mandatos atrás de mandatos, tal como a urgente necessidade de médicos de família para o concelho de Almada, fazem com que seja permanente a falta de assistência e prestação de cuidados de saúde às populações.

O CDS-Partido Popular reconhece ainda que apesar do Estado ter obrigatoriamente que munir os cidadãos de todas as condições de acesso à saúde de forma célere e eficaz, o sector privado, cooperativo e social, podem ter um papel preponderante na tentativa de resolver os problemas que há muito assola prestação desses cuidados aos portugueses.

A juntar a estas deficiências no sistema de saúde em Almada, o CDS-Partido Popular manifesta a sua indignação e repúdio, pela constante falta de resposta para o diálogo com os autarcas do concelho, por parte da administração do ACES Almada-Seixal, que sistematicamente ignora os pedidos de reunião, facto esse, que redundava numa posição completamente desadequada e confrangedora tendo em consideração o bom funcionamento e colaboração entre as entidades públicas locais e regionais.”

6.2.19 – A Moção Contra o aumento das portagens na Ponte 25 de Abril, foi votada por pontos:

6.2.19.1 – os considerandos e o ponto 2 foram rejeitados por maioria com 20 votos contra sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 abstenção da eleita do PAN e 17 votos a favor sendo 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.2.19.2 – o ponto 1 foi aprovado por maioria com 37 votos a favor sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 de eleitos do



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 de eleito do Grupo Municipal do CDS-PP e 1 abstenção da eleita do PAN.

6.2.20 – A Saudação Dia Internacional do Voluntariado, foi aprovada por unanimidade.

6.2.21 – A Moção Saudação ao Dia Internacional Cidade Educadora (30 de novembro), foi aprovada por unanimidade.

6.2.22 – O Voto de protesto contra o aumento das taxas da água, foi rejeitado com 20 votos contra sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 abstenção da eleita do PAN, 17 votos a favor sendo 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.2.23 – A Moção de isenção do IVA para bens alimentares essenciais, foi rejeitada com 28 votos contra sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 1 abstenção da eleita do PAN e 9 votos a favor sendo 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.2.24 – A Moção contra o aumento da portagem na Ponte 25 de Abril, foi votada por pontos:

6.2.24.1 – os considerandos e o ponto 1 foram aprovados por maioria com 20 votos a favor sendo 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, 1 abstenção da eleita do PAN e 17 votos contra de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.2.24.2 – o ponto 2 foi aprovado por maioria com 37 votos a favor sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 de eleito do Grupo Municipal do CDS-PP e 1 abstenção da eleita do PAN.

6.2.25 – A Recomendação à Câmara Municipal de implementação do cheque bebé para apoiar a natalidade e a maternidade, baixa à Comissão Permanente.

6.2.26 – A Moção pelo fim do pórtico na Quinta da Queimada – Charneca de Caparica, foi aprovada por unanimidade.

6.2.27 – A Moção pela atribuição do nome de “Zé Pedro dos Xutos e Pontapés” ao Parque Urbano da Costa da Caparica, baixa à Comissão Permanente.

6.2.28 – A Moção pela dignificação das Forças de Segurança e segurança das populações, foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP e 17 votos contra de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

**7 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.**

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo à apresentação de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Almada;



7h

7.1.1 – Para apresentar a alteração usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

7.1.1.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foi consensualizado em Conferência de Representantes uma alteração a um artigo do Regimento.

Trata-se de consignar no Regimento que os Presidentes de Junta têm possibilidade de usar da palavra durante dois minutos sobre matérias relativas à sua Freguesia. Era uma prática que já vinha de há muitos anos atrás e que agora é clarificada e vertida em letra de Regimento.”

7.1.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a alteração aprovada por unanimidade.

7.2 – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda, relativo à Proposta de criação da Comissão Eventual sobre o desmantelamento e realojamento do Bairro do 2º Torrão, por proposta do CDS-PP nos termos do nº 2, do artigo 46º, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada.

7.2.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Existe uma proposta do CDS-PP relativamente a uma decisão da constituição de uma Comissão Eventual, embora eu penso que o proponente terá de clarificar aqui alguns aspetos que são imprescindíveis, sem os quais não se pode votar a proposta. Tem de especificar qual é a composição, porque o que refere na proposta não é, pelo menos a meu ver, suficientemente claro. Diz que é uma composição semelhante à da Conferência de Representantes, ora, a Conferência de Representantes tem o Presidente da Mesa que obviamente não participa na Comissão Eventual. Portanto, eu assumo que o CDS-PP proponha que a Comissão seja constituída por sete membros, sendo um de cada força política.

E também é imprescindível antes de se votar, que se saiba quem vai ser o Presidente e o Secretário da Comissão, porque essa matéria sempre constou das deliberações que vierem a ser tomadas. Se o Senhor Deputado Municipal também está no seu direito de dizer que o Presidente da Comissão será escolhido na 1ª reunião da Comissão, tem de figurar na proposta, porque, senão não sabemos quem é que é. Até podemos presumir que é o Senhor Deputado Municipal como proponente que seria o Presidente da Comissão, e não legitima essa presunção.”

7.2.2 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP).

7.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta é mesmo isso, é criar a Comissão Eventual para apreciação do assunto em apreço, o Bairro do 2º Torrão e toda esta ação da Câmara Municipal, para que haja um esclarecimento cabal entre todos e facilite e desburocratiza, o trabalho da Comissão em termos de Deputados Municipais e em termos de organização de calendário.

Portanto, Senhor Presidente, se assim permitir a ideia será essa como é evidente, a criação de uma Comissão com um Presidente e um Secretário.”

Ao abrigo do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Almada, em concreto o Artigo 46º Período da Ordem do Dia e o Artigo 80º Comissões/Constituição o CDS-Partido Popular apresenta o presente requerimento com as seguintes fundamentações:

Considerando o complexo e delicado processo de desmantelamento de grande parte das construções e de realojamento de parte dos habitantes do Bairro do 2º Torrão na Trafaria;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Considerando que o mesmo processo se deveu à necessidade urgente de evacuação de um número considerável de famílias do bairro em virtude da iminente derrocada da vala existente no subsolo do 2º Torrão;

Considerando que o processo está longe de ser concluído nomeadamente as questões que têm a ver com o realojamento de todos os moradores;

Considerando que a criação de uma Comissão Eventual para apreciação do assunto em apreço facilita e desburocratiza o trabalho da comissão em termos do número de deputados, e em termos de organização de calendário;

Considerando o Artigo 80º com a epígrafe Constituição, referente ao Capítulo III Comissões, do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Almada, a constituição da comissão eventual em apreço deve incluir o número de deputados idêntico aos deputados efetivos da conferência de líderes, com a representatividade de todas as forças políticas e deputados únicos de partido;

Em conclusão, o Deputado Municipal do CDS-Partido Popular, pretende desta forma, apresentar junto da Assembleia Municipal de Almada, a constituição, ainda no mês de dezembro, de uma Comissão Eventual para apreciar o processo do Bairro do 2º Torrão, incluindo a auscultação a entidades e municípios envolvidos, a definir pela respetiva comissão.”

7.2.3 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ivan Costa Gonçalves (PS), António Pedro Maco (CDS-PP), Paula Maria Galvão (PSD), Margarida Ramires Paulos (PAN).

7.2.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a este tema e ao trabalho que nós temos vindo a fazer nesta Assembleia Municipal de Almada, há aqui alguns pontos prévios que eu acho que são importantes também elencar.

Desde logo, o trabalho de uma Assembleia Municipal, é fundamental em qualquer sistema democrático, não há nenhuma democracia que não funcione dessa forma e é importante que se escrutine o trabalho que é feito pelo poder executivo em todas as matérias, é isso que tentamos aqui fazer.

Em segundo lugar, o trabalho que temos feito na Assembleia Municipal de Almada o longo dos últimos anos, parece-nos, que tem vindo a subir de qualidade. Ou seja, nós temos sido capazes pelo trabalho que se faz quer neste plenário, quer nas diversas Comissões, de fazer cada vez melhor o trabalho que é suposto a Assembleia Municipal fazer, e isso é algo sobre o qual todos nós nos devemos congratular. Porque o poder é mais bem exercido quanto melhor for fiscalizado e a representação dos municípios, a representação dos almadenses, também é feita de melhor forma se nós tivermos este Órgão a funcionar da forma que tem vindo a funcionar ao longo dos últimos anos, e que está ao nível e permitam-me também que o diga, das melhores práticas das Assembleias Municipais por esse país fora e sabemos que existem nos 308 Concelhos do país, há Assembleias Municipais que funcionam das mais diversas formas, mas sendo Almada um dos dez maiores Concelhos do país, é natural também que a sua Assembleia Municipal faça um trabalho que seja de uma qualidade superior aquilo que acontece na maioria das Assembleias Municipais do país e que os eleitos tenham para isso condições para o fazer, para fazer bem o seu trabalho, não só o trabalho de aprovação das normas, mas ao mesmo tempo também o trabalho de fiscalização.

E, portanto, não temos disso dúvida nenhuma e é importante que a Assembleia Municipal acompanhe estes temas.

Em terceiro lugar, diria também que, quem desvaloriza o trabalho que é feito pelos órgãos democráticos, em particular, pelas Assembleias Municipais ou pelos órgãos que têm capacidade e a responsabilidade de fiscalizar os órgãos executivos, de uma de três, ou é porque não tem especial interesse pelo escrutínio, ou é porque não tem especial apreço pela democracia, ou então é porque se gosta de ser um idiota útil, aos dois primeiros que elenquei. Portanto, não é esse o nosso caso. Nós não temos dúvida nenhuma, o Partido Socialista, e quero vos



dizer eu particularmente, defenderei sempre aquilo que é o trabalho, quando o trabalho é feito com qualidade como tem vindo a ser feito, defenderei a dignidade do trabalho que a Assembleia Municipal de Almada faz.

A questão do 2º Torrão é uma questão importante e que nos preocupa. Portanto, a Assembleia Municipal pode e deve de acordo com as suas competências, acompanhar o que está a ser feito e perceber o que é que pode ser feito melhor, o que é que está a ser feito com muita eficiência, é um assunto importante que diz respeito a muita gente do nosso Concelho e a pessoas de especial vulnerabilidade.

Aquilo que nós entendemos e aquilo que nós divergimos da proposta do Senhor Deputado Municipal do CDS-PP, é que ao contrário do que acontece por exemplo, nas Assembleias de Freguesia, e na Assembleia de Freguesia de Caparica Trafaria, onde foi constituída uma Comissão para acompanhar este tema por proposta do Partido Socialista, porque as Assembleias de Freguesia praticamente não têm Comissões Permanentes, não têm Comissões que tratem dos temas da habitação, dos temas sociais, portanto essa iniciativa parece-nos sensata e tomamos precisamente dianteira nesse assunto. Neste caso a Assembleia Municipal já tem uma Comissão Permanente constituída que acompanha estes assuntos. E a Comissão que acompanha estes assuntos ser uma Comissão que conjugue em si a habitação e os assuntos sociais. Portanto, parece-nos que fará mais sentido que este assunto seja acompanhado por via da 5ª Comissão como já é.

Portanto, nós votaremos contra esta proposta, não porque não entendamos que este assunto deve ser acompanhado pela Assembleia Municipal, como tem vindo a ser e como esperamos que venha a ser no futuro. A questão dos moradores da vala não está totalmente resolvida, mas ainda que esteja o 2º Torrão não deixa de existir de um dia para o outro, portanto, este é um tema com o qual nós temos que nos deparar nos próximos tempos. Agora, nós votaremos contra esta proposta, mas com todo o espírito de lealdade e de abertura democrática, nós não temos uma maioria absoluta nesta Assembleia Municipal, se os restantes Grupos Municipais entenderem criar esta Comissão, nós participaremos e trabalharemos nela com todo o afinco como fazemos em todas Comissões.

Diria que, existindo esta Comissão a nosso ver faria mais sentido que tivesse uma Comissão equiparada à das Comissões Permanentes. Mas, essa é uma prerrogativa dos proponentes da Comissão, aquilo que quero indicar é o no fundo isto. Este trabalho de acompanhamento desta matéria, fá-lo-emos, quer seja através da Comissão, quer seja através da Comissão Permanente, mas votaremos contra a proposta que o CDS-PP aqui nos traz hoje:"

7.2.3.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Saudar aqui a intervenção democrática do Deputado Municipal Ivan Gonçalves, mas recordar o Deputado Ivan Gonçalves que, já que falou no Regimento, eu não me lembro de ver o PS na última alteração ao Regimento, retirar a proposta para que hajam Comissões Eventuais que estão efetivamente previstas e é exatamente para estes casos. Também estranho aqui um pouco a reação do Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, quando é um dos Deputados que está sempre a apelar para que tenhamos contenção inclusivamente nos gastos das Comissões, quando esta proposta vai exatamente de encontro aquilo que são as ideias e propostas do Senhor Deputado Municipal, que é sete Deputados Municipais apenas nesta mesma Comissão e com certeza como sabe desburocratizar e também criar um calendário muito mais favorável do que estarmos a andar a saltar de Comissão para Comissão, até porque temos uma Comissão que com certeza temos que ouvir, que é relativamente à Proteção Civil, que enfim, é a 7ª Comissão que anda um pouco desaparecida."

7.2.3.3 – A Senhora Deputada Municipal Paula Maria Galvão (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós vamo-nos abster, entendemos que não é estritamente necessária a criação desta Comissão Eventual, uma vez que a participação dos Deputados Municipais na 5ª Comissão e na 7ª Comissão, com a eventual possibilidade de juntar as duas Comissões para discutir os aspetos mais importantes, provavelmente poder-se-ia evitar a criação desta Comissão.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No entanto, sendo o assunto do 2º Torrão também prioridade nos assuntos a resolver e junto dos munícipes a encontrarmos soluções, a nossa posição será a de abstenção pelas razões expostas.”

7.2.3.4 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar e respondendo ao Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco. Não levantei nem levantarei nenhuma questão sobre a legitimidade do CDS-PP apresentar esta proposta sobre a legitimidade regimental. É óbvio que tem toda a legitimidade e nós temos a legitimidade de achar que esta não é a melhor forma de acompanhar o processo.

E relativamente à questão dos gastos, acho que há aí alguma confusão sobre aquilo que o Senhor Deputado Municipal diz, ou então talvez eu não me tenha feito entender nas conversas que já tivemos sobre esse assunto, que nem sequer foram aqui neste plenário.

Aquilo que me parece é que o trabalho que nós fazemos, deve ser feito de forma digna e devemos garantir, que mesmo para quem está de fora, percebe exatamente o que é que a Assembleia Municipal faz e em que é que os recursos públicos são gastos, mas não é uma questão da Assembleia Municipal, é uma preocupação que todos os órgãos públicos têm que ter.

Agora não me verá com certeza, até para nos protegermos dos populistas e daqueles que não gostam da democracia. Nós podemos discutir onde é que vamos gastar o dinheiro, em que projetos, não vamos discutir com certeza aquilo que gastamos para que os órgãos democráticos funcionem. E não me verá a discutir isso com certeza, porque esses recursos públicos devem ser os recursos públicos mais bem gastos que nós podemos ter em qualquer sistema democrático.”

7.2.3.5 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De facto, como o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves diz, existem duas Comissões que poderiam acompanhar este assunto, se houvesse essa capacidade o PAN se calhar até acharia que esta Comissão não faria sentido, mas a questão é que por exemplo, a 5ª Comissão tem questões muito importantes de momento, muito abrangentes e temos vindo a acompanhar uma série de questões da habitação, da saúde, da proteção animal, da inclusão social, que nos têm já dado muito trabalho e têm feito com que tenhamos que fazer inúmeras reuniões, e, portanto, parece-me que, ainda sobrecarregar esta Comissão com mais este assunto, não será profícuo. Para além disso, até mais do que acompanharem a questão do 2º Torrão que de certa maneira neste momento até já está mais ou menos encaminhada pelo menos o que era mais urgente, é precavermos o futuro. Ou seja, existem muitos outros bairros, existem muitos outros problemas que Almada terá que enfrentar, portanto, se conseguirmos agora perceber o que correu mal ou o que pode correr melhor de futuro, será uma mais valia para todos.”

7.2.4 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta que foi aprovada por maioria com 18 votos a favor sendo 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 de eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP, 3 abstenções de eleitos do Grupo Municipal do PSD e 17 votos contra de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

7.3 – Entrou-se no ponto 3.4 da agenda, relativo à Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Saída do Município de Almada da AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal”;

7.3.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.



**7.3.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta penso que é relativamente clara, apenas vou fazer um pouco o histórico de como é que chegamos até aqui.

Este é um processo que se iniciou logo nos finais de 2017, no início de 2018, quando de facto, o Partido Socialista ganhou o executivo da Câmara Municipal de Almada, e nos deparamos com a situação da AMRS, a primeira imagem é logo, os montantes muito avultados sendo que Almada é o Município que mais contribui para a AMRS, e quando foram pedidos os Relatórios das Atividades que foram feitas da AMRS em Almada e qual é que era o custo benefício, devo dizer que o custo benefício era bastante negativo dado que praticamente não há projetos no desporto, a juventude tem muito pouco, normalmente os serviços participam em Comissões e pouco mais, as bibliotecas sim, há um grupo de trabalho da rede intermunicipal de bibliotecas, enfim, havia de facto umas reuniões, mas em termos práticos não se via grande benefício.

Dito isto, nós sempre consideramos que era importante haver uma associação que representasse os Municípios do Distrito de setúbal ou da Península de Setúbal porque também não são exatamente os mesmos. E já no mandato anterior, houve um compromisso da então direção, de fazer uma proposta de revisão de estatutos, de rever aquilo que era a missão até um alargamento das missões da AMRS, uma renovação dos seus intuitos. Infelizmente, nada aconteceu, pelo que no início deste novo mandato, nós não fomos o único Município a levantar esta questão, voltamos a colocar essa questão dizendo claramente, aliás, tinha sido esse o compromisso que Almada tinha assumido na altura que era, houve quatro anos para fazer essa alteração, não havendo alteração, que Almada se iria retirar ou ia propor a retirada da AMRS.

Essa questão foi debatida e antes mesmo da eleição dos novos órgãos, foi criado um grupo de trabalho com Presidentes de Câmaras Municipais, das duas forças partidárias representadas na AMRS, só há duas, que é o Partido Socialista e de facto, a CDU e o PCP, e há aqui uma matéria que eu acho que é relevante é que foi assinado um compromisso, que foi aprovado por unanimidade de todos, que tinha três princípios, um era uma obrigatoriedade que durante o ano de 2022 se pudesse visitar e renovar o âmbito e funções da Associação Municipal da Região de Setúbal, procurando centrar a sua ação na capacitação institucional desta Associação enquanto principal representante do Distrito de Setúbal, das suas instituições e populações concertando em torno da mesma as principais decisões relativas ao presente futuro do Distrito de Setúbal. Outra questão que foi muito importante e que foi votada por unanimidade, era a redução em 25% dos encargos dos associados em 2022, e tendo como objetivo até ao final deste mandato, atingir os valores da quota equivalentes à Área Metropolitana de Lisboa, só para terem uma noção a quota da Área Metropolitana e todos nós sabemos a importância que esta associação tem ronda nos 30.000.00€ (trinta mil euros) ano, só para Almada, a quota da AMRS atinge os 275.000.00€ (duzentos e setenta e cinco mil euros) ano, o que dá em quatro anos um total de 1.000.100.00€ (um milhão e cem euros) por mandato.

Portanto, essa era para nós e não escondo os Presidentes das Câmaras Socialista, era para nós uma condição sine qua non não podendo reduzir de uma só vez e iríamos fazer de forma faseada dando-se o sinal de menos 25% logo no primeiro orçamento.

E por outro lado, a terceira condição era alargar o âmbito territorial da AMRS, a todo o território e populações do Distrito de Setúbal, promovendo contatos com os Municípios de Grândola e Sines, para a adesão à Associação.

Portanto, era rever aquilo que era a sua missão, reduzir a sua quota, o que não significaria não haver financiamento, mas sim, fazer uma distinção entre aquilo que eram os orçamentos das atividades da Associação e aquilo que era a quota, nós estamos numa coletividade, todas as coletividades são geridas desta forma, todas as associações, uma coisa é a quota, outra coisa são as atividades. Portanto, não entendemos porque é que a AMRS coloca na quota o valor das atividades, obrigando todos a participar para atividades do qual às vezes



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

nem sequer fazem parte, nem querem fazer parte no respeito absoluto da autonomia de cada um dos associados e de cada um dos Municípios.

Infelizmente, este compromisso foi apresentado em conjunto, foi votado por unanimidade em março, em outubro deste ano, foi-nos por fim, apresentado um orçamento que não refletia nada, mas literalmente nada daquilo que tinha sido o compromisso assumido, e, portanto, em coerência os Municípios que tinham colocado esta matéria como condição sine qua non, para a sua permanência e eu volto a dizer no caso de Almada há cinco anos, anunciaram que iriam iniciar o processo de desvinculação.

Foi isso que fizemos, levamos a proposta a reunião de Câmara e trazemos agora aqui à Assembleia Municipal.

Ninguém esquece que para além do mais, nós vamos estar numa altura de grande transformação no nosso Distrito, e que sim precisamos de instituições fortes, representativas, vamos ter uma nova NUT, é muito importante que haja uma representação dos nossos Municípios, visivelmente a AMRS já está incapaz de se adaptar aquilo que são as novas exigências.

Quero dar também uma nota e ser muito clara. Desde o início deste processo, que se disse muito claramente que, havendo qualquer risco de despedimento de trabalhadores da AMRS e nós temos a consciência dos equipamentos que foram introduzidos na AMRS, todos os Municípios que assinaram este acordo, todos os Municípios que iniciaram o processo de desvinculação e mais uma vez aqui falo particularmente de Almada, disseram que estavam disponíveis para acolher os trabalhadores que por razão ou outra, ficassem sem emprego por desvinculação ou porque falta de financiamento.

Mas volto a dizer, são duas etapas. Uma, nunca ninguém se recusou a participar em projetos, queríamos uma nova forma de gerir e queríamos claramente a distinção entre aquilo que é a quota e aquilo que são as atividades para uma maior clareza, transparência, da contabilidade e da gestão da AMRS, e foi isso que nunca nos foi garantido.

E em segundo lugar, havendo qualquer risco de despedimento, Almada sempre esteve disponível para acolher os trabalhadores e evitar que os trabalhadores se encontrassem em situação de desemprego.

Portanto, aqui chegados por um lado lamentamos, lamentamos a obstinação e não podemos chegar ao fim de cinco anos e que a resposta que nos é dada, é que vamos começar agora a pensar na forma de cumprir o compromisso que foi assumido, e portanto, não temos nenhuma razão palpável, não temos nenhum benefício palpável para os almadenses na permanência nesta associação, volto a dizer, estamos a falar de mais de 1.000.000.00€ (um milhão de euros) em quatro anos, consideramos que há exigências fundamentais, há outras necessidades, é fundamental criar de facto, uma representação dinâmica, eficaz, propositiva, com outros contornos que aquele que é a AMRS, continuamos naturalmente disponíveis para esse projeto que aliás, poderá incluir universidades, mais sociedade civil, algo que seja mais aberto, mais dinâmico e mais representativo da riqueza do nosso Distrito e da diversidade do nosso Distrito, já agora a diversidade era bom que estivesse presente em muitas destas associações e instituições e portanto, é a razão pela qual aqui chegamos, é de alguma maneira de uma forma mais informal o que está exposto na proposta e assim trazemos para a deliberação da Assembleia Municipal esta saída da AMRS.”

7.3.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José Rocha (BE), Joaquim Judas (apresentando um projeto de resolução relativo à Proposta da Câmara Municipal) (CDU), João Geraldes (CDU), Ana Margarida Lourenço (PS) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre esta decisão da Câmara Municipal de Almada da saída da AMRS Associação de Municípios da Região de Setúbal, temos algumas questões que entendemos importantes colocar, e a primeira, o facto de optarem por



esta decisão sem que em momento algum tenha sido promovido debate quer em reunião de Câmara, quer em Assembleia Municipal sobre este propósito de abandonar a AMRS.

Outra questão tem a ver com as atividades desta associação e aquilo que são digamos os seus encargos, é que, no entendimento do Bloco de Esquerda, sendo este um Município do Distrito de Setúbal, não pode ter apenas uma relação com a Área Metropolitana de Lisboa, porque tal como disse, sendo um município do distrito de Setúbal, têm, no nosso entendimento, algumas características específicas dos Distritos da Margem Sul e da Península de Setúbal.

Podemos sempre debater se as atividades desta associação pode ser ou não alvo de críticas, se poderia e deveria ou não ter outro tipo de desempenho, outro tipo de conduta, podemos sempre fazê-lo. Mas isto vai ao encontro da primeira questão que aqui colocámos, que é o facto deste executivo nos surpreender com esta proposta de decisão de sair da AMRS sem um aviso prévio e sem qualquer possibilidade de debate antes da sua apresentação.

O que aqui estamos verdadeiramente a questionar é a existência ou não de uma Associação de Municípios no Distrito de Setúbal.

E lamentamos, esta incapacidade de debate e de entendimento entre o PS e o PCP, de forma a corrigir o que eventualmente tenha que ser corrigido e encontrar soluções para um melhor funcionamento desta associação. A verdade é que como consequência desta disputa partidária, porque é inegavelmente aquilo a que estamos a assistir, e isso parece-nos mais que evidente, porque o Partido Socialista nos Municípios onde tem maioria, está a abandonar a Associação de Municípios da Região Setúbal, já o fez na Moita, já o fez no Barreiro e agora em Almada.

Portanto lamentar que estejamos em risco de perder a Associação de Municípios desta região, como consequência desta briga partidária, desta incapacidade de negociação entre estes dois partidos. E essa é a grande questão, o que nos parece é que estamos a priorizar interesses partidários e ignorando por completo os benefícios que podem trazer para os munícipes desta região, e isso nós temos de facto alguma dificuldade em compreender. E atenção, é importante que fique bem claro e registado que não estamos aqui a assumir uma posição de apoio a esta ou aquela força partidária, ou de alguma forma tentar invalidar os argumentos utilizados, o que nós não podemos, é aceitar que os partidos que governam as Autarquias do Distrito de Setúbal, não se consigam entender, e como consequência desse desentendimento, fiquemos privados de uma associação, que no nosso entendimento, pode e deve ter um papel de significativa importância do ponto de vista de organização distrital, e temos muitas matérias onde ela é necessária, desporto, cultura, habitação, transportes, organização administrativa e estes são apenas alguns exemplos porque existem muitas outras matérias.

Portanto nesta nossa intervenção manifestar a discordância do Bloco de Esquerda sobre esta decisão dos governantes desta autarquia, e sobretudo lamentar a incapacidade de debate e de negociação que possibilite encontrar consensos que nos permita ter uma Associação de Municípios que defenda verdadeiramente os interesses da população deste Distrito da Margem Sul e não como mero instrumento de interesses ou disputa partidária.

A bancada do Bloco de Esquerda irá votar contra esta proposta.”

7.3.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU fez chegar à Mesa uma proposta que irei apresentar agora:

A Proposta nº 2022-593-GP da Ordem de Trabalhos da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Almada de dezembro de 2022, admite a desvinculação do município do Almada da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS).

Esta desvinculação, a concretizar-se, terá certamente consequências em matéria de coesão regional e prejuízo para o município na sua integração nas decisões que influenciam no desenvolvimento da Região e, em particular, no PEDEPES – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal, bem como no conjunto de projetos regionais ou no espaço de articulação intermunicipal, quer no plano político, quer no plano técnico, sobre as mais diversas matérias que importam à vida dos municípios.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Não é também indiferente o impacto desta decisão para as matérias que no plano tecnológico são hoje asseguradas pelo Setúbal Península Digital, podendo levantar questões quer financeiras, quer de segurança, que podem ser relevantes para a qualidade de prestação do nosso serviço público.

O Grupo Municipal da CDU, considerando que não se encontram reunidas as condições necessárias para que os eleitos possam avaliar o real impacto da proposta nº 2022-253-GP na vida do município e da região, e dessa forma poderem deliberar sobre a mesma em consciência nesta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, propõe:

1. O adiamento da apreciação e votação desta proposta.
2. A criação de uma Comissão Eventual da Assembleia Municipal sobre o processo de desvinculação do Município da Associação de Municípios da Região de Setúbal, visando reunir os elementos necessários ao esclarecimento das questões supra identificadas, designadamente através de reuniões com o Presidente da Câmara Municipal ou solicitando audiência com responsáveis pela AMRS.

É esta a proposta que deixávamos também à consideração.”

7.3.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Salvo melhor opinião, o pedido da CDU tem duas dimensões.

A primeira é que esta proposta seja retirada desta agenda e a segunda é que seja criada uma Comissão Eventual para apreciar esta mesma matéria em momento posterior.

Portanto, há dois momentos que esta proposta considera e não apenas um como o Senhor Presidente da Mesa disse.”

7.3.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós estamos aqui de facto hoje, a apreciar esta proposta que foi de forma bastante corajosa apresentada pela Câmara Municipal, porque se trata de uma proposta que não é mais do que uma boa gestão daquilo que são os dinheiros públicos, em primeiro lugar de tudo.

Eu ouvi com muita atenção a intervenção do Senhor Deputado Municipal José Rocha do Bloco de Esquerda, e até mesmo a apresentação do projeto de resolução por parte do Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas e de facto, e eu que não sou autarca assim há tão pouco tempo, efetivamente acho que, ou eu tanho andado muito distraída ou eu não sei qual é que tem sido o papel desta Associação a nível, nem da habitação, nem da educação, nem da ação social, pode ser de facto, muito relevante, não tenho a menor dúvida que possa ser, para alguns Municípios talvez, aqui para Almada pessoalmente, ainda não dei conta disso. Mas há uma coisa que eu sei, Almada é o maior contribuinte desta Associação e não estamos a falar de pouco dinheiro, não estamos a falar de pouco. Almada atualmente paga cerca de 20% daquilo que é o financiamento global desta Associação, são cerca de 280.000.00€ (duzentos e oitenta mil euros) por ano. Nos últimos dez anos foram 2.500.000.00€ (dois milhões e quinhentos mil euros). E, portanto, eu gostava que me dissessem qual é que foi o benefício no montante de 2.500.000.00€ (dois milhões e quinhentos mil euros), que a cidade de Almada, que o Concelho de Almada, as suas populações, tiveram por parte desta Associação. E há uma coisa que tem de ficar muito clara, que tem de ficar muito clara e que a Senhora Presidente na sua intervenção já o referiu, o Partido Socialista entrou neste processo de boa fé, desde o início. E desde o início, que quis falar com quem estava nos órgãos, com os partidos que fazem parte e que votam obviamente, e de forma muito aberta, quiseram que esta Associação pudesse efetivamente ter um papel relevante nestas e noutras matérias para a Região de setúbal, que é muito importante para o desenvolvimento da nossa Região e esta Associação podia ter tido um papel relevante. Mas simplesmente, a CDU por parte daquilo que são os órgãos que lá estão e os Presidentes de Câmara que estão em maioria, considerando também os Municípios associados, simplesmente andaram a



querer fazer coisas deste género que é esta proposta de resolução que é, agora vamos criar uma Comissão, agora vamos ver o que é que fazem, agora vamos pensar, mas agora é que vai ser, e andamos nisto há quatro anos. Nós andamos nisto há quatro anos.

E, portanto, nós Partido Socialista, a única coisa que temos de dizer é: dar os parabéns a esta Câmara Municipal e a tantas outras que se associaram também a esta saída, Municípios e Câmaras Municipais que têm a mesma responsabilidade de saber o que a gestão dos dinheiros públicos não é uma coisa ao acaso, o dinheiro público é o dinheiro de todos nós e é muito dinheiro que aqui está envolvido e o retorno para a população, para o desenvolvimento do Concelho e para o desenvolvimento da Região tem sido muito pouco.

E há mais uma coisa, que eu ouvi aqui, julgo que o Bloco de Esquerda também dizer, nós não podemos comparar esta Associação que é uma Associação de direito público com uma Área Metropolitana de Lisboa, que é uma entidade intermunicipal, com competências próprias que lhe são dadas pela própria Lei, nós não estamos aqui a comparar coisas, não é a mesma coisa, nem parecido, nem será. Porque o caminho nunca se quis fazer. Porque o PCP e a CDU, sempre quiseram que esta Associação não fosse mais do que aquilo que é. E esta Associação, seja lá aquilo que for, e cada um terá o seu entendimento, uma coisa é certa, não tem trazido o benefício para Almada de acordo com aquilo que tem sido o financiamento e o esforço financeiro que os Municípios e o Município de Almada têm dado para que esta Associação se mantenha intacta. E há uma coisa que também é muito relevante, muito relevante, que é em momento algum, os Municípios e as Câmaras Municipais que se estão neste momento a desvincular desta Associação, viraram costas e deixaram de alguma forma de ter consciência de eventuais constrangimentos financeiros ao nível da manutenção de postos de trabalho e foram os primeiros a dizer que estavam disponíveis e estão a absorver esses trabalhadores. E por acaso há uma coisa muito engraçada, é porque esta Associação como muitas outras coisas que foram criadas há uns anos, acho que ficou datada lá atrás. Esta Associação já teve um papel muito relevante na formação de trabalhadores e dirigentes dos Municípios, atualmente não tem, e não tem porque não quer. E podia fazê-lo, e que se calhar estávamos aqui hoje a ter outro discurso. E estávamos se calhar aqui hoje, a ver se devíamos ou não aumentar o financiamento pelo papel relevante que têm feito. Porque isso é uma necessidade efetiva e permanente dos Municípios e que esta Associação simplesmente deixou de o fazer porque se acomodou aquilo que tinha como certo, que é o financiamento permanente de treze Municípios do Distrito de Setúbal, que lhes dá uma folga financeira para fazer aquilo que querem porque nunca ninguém pôs em causa. E agora quando puseram quiseram fechar os olhos e dizer que não se passa nada, e agora há Municípios que acharam que efetivamente, estes recursos são melhor gastos noutras matérias.”

7.3.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A alternativa é ser ou não ser. Porque nós podemos estabelecer um cenário fantástico sobre uma Associação de Municípios da Região de Setúbal, sobre aquilo que ela deve ser, a Associação de Municípios da Região de Setúbal que precisamos. Podemos dizer que nunca voltamos as costas a essa Associação que atualmente existe, mas neste momento o que está a parecer, é virar as costas e é acabar com a possibilidade de existir uma Associação de Municípios da Região de Setúbal.

Em termos práticos é isso, e é preciso saber se é esse o caminho que queremos percorrer. Porque o argumento de que “nós investimos e não recebemos em troca”, é o argumento que sempre se utiliza quando se sai. Foi o argumento do Presidente Trump quando saiu da OMS em plena pandemia, foi o argumento do Reino Unido quando saiu da União Europeia, foi o argumento do Presidente da Câmara Municipal do Porto quando saiu da Associação Nacional de Municípios Portugueses, não estou a condenar o Partido Socialista por utilizar este argumento, estou só a dizer que é um argumento recorrente nestas circunstâncias.

E aquilo que nós precisamos de pensar, é exatamente o que é que daqui para o futuro nós podemos fazer para que a Região de Setúbal possa adquirir os recursos que tanta falta lhe fazem para o seu desenvolvimento. E é essa a questão que está em cima da Mesa. Neste momento esboça-se uma solução, de facto, para que a injustiça



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que tem havido em relação à nossa Península no que diz respeito ao acesso aos fundos comunitários, possa ser superado. Mas isso só tem efeitos em 2027. Daqui até 2027, os Municípios da Região de Setúbal, a população da Região de Setúbal, precisa de uma entidade que de uma forma coerente defenda os seus interesses.

O que acontece é que a proposta que aqui é colocada, é que não tenhamos isso. E é isso que é estranho e que nos deixa de certa forma perplexos. Porque é exatamente este momento que o Partido Socialista opta por esta solução? Porque este não é um problema de Almada, não é um problema da Câmara Municipal de Almada e da gestão da Câmara Municipal de Almada, é uma opção que o Partido Socialista tomou em relação à Península de Setúbal e em relação à Região de Setúbal.

A Senhora Deputada Municipal sabe perfeitamente que desde 2013, a Associação de Municípios da Região de Setúbal, deixou de ter acesso aos fundos comunitários enquanto entidade e que isso não deixa de ter o significado grande em relação à sua capacidade de desempenhar as suas funções. Sabe isso com certeza, sabe que há uma nova Lei de ordenamento do nosso poder local e das nossas autarquias, e aquilo que existiu até 2013, acabou em 2013, e que isso cria naturalmente, problemas de grande ordem. Que se deveria eventualmente ter tido outra capacidade para os resolver, todas as dúvidas que se podem levantar em relação ao passado, são legítimas, mas o que importa neste momento e a proposta que aqui trazemos, é que devemos ponderar sobre o passo que vamos dar. E devemos pondera-lo com todo o sentido de responsabilidade e com todas as cautelas em relação ao futuro. É essa reflexão que pedimos que aqui se faça. Ou seja, que a proposta que veio de desvinculação possa ser adiada, possa ser retirada hoje nesta reunião, isto não para a discussão com certeza e que se pondere efetivamente sobre o futuro que precisamos de construir e naturalmente construir em conjunto porque é para isso que cá estamos.”

7.3.2.6 – A Senhora Deputada Municipal Ama Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas sabe que tenho muita estima por si e de facto, gosto sempre de debater consigo porque acho que faz de uma forma bastante séria. Mas de facto, há aqui alguns equívocos e eu acho que o Senhor Deputado Municipal neste caso, acabou por se contradizer a si próprio com aquilo que nos disse. Porque aquilo que aqui nos veio dizer, foi que e facto irá haver criação da NUTS III que permitirá à Região de Setúbal captar financiamento europeu próprio e dedicado a esta Região, uma reivindicação por muito defendida pelo Partido Socialista, conquistada pelo Partido Socialista, com o apoio obviamente, de todos os outros partidos que também concordavam e não estamos aqui a dizer o contrário, mas foi uma luta que arduamente todos os eleitos desde o Governo, Deputados da Assembleia da República, Autarcas de toda esta Região, lutaram incessantemente para que isto fosse uma realidade que o será em 2027 como o Senhor Deputado Municipal muito bem disse. Mas também disse que seria uma oportunidade para esta Associação poder de alguma forma ter um futuro e ter uma nova dimensão porque vêm aí fundos comunitários próprios para a Região. Mas na mesma intervenção também disse, que desde 2013, quando foi aprovada a Lei 75/2013, que estabelece também o estatuto das entidades intermunicipais e que foi aí que a Associação, que é uma Associação de direito público e não uma entidade intermunicipal, deixou de ter acesso à gestão dos fundos comunitários. E o que acontece e que vai acontecer, é que em 2027, esta Associação não será uma entidade intermunicipal. Será uma criada uma entidade intermunicipal, como é obvio. Será criada uma entidade intermunicipal e não será esta Associação que irá fazer a gestão destes fundos comunitários, será aquilo que está determinado pela Lei. São quatro anos, mas esta Associação não deixará de ser uma Associação de direito público e não uma entidade intermunicipal. E, portanto, o futuro que se quer desta Associação ou que se está a tentar perspetivar para esta Associação, é um futuro impossível de acontecer. E eu acho e honestamente, que poderiam ter melhores argumentos para defender a permanência na Associação. Esta não é certamente uma delas, porque aquilo que aconteceu em 2013, é o mesmo motivo pelo qual a Associação não terá acesso aos fundos comunitários em 2027. Será uma entidade intermunicipal a ser criada nos termos da Lei.”



**7.3.2.7 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas uma retificação às palavras que foram ditas pela Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço. Nós nunca fizemos qualquer tipo de comparação com a Área Metropolitana de Lisboa, o que nós dizemos é que não pode ter apenas uma relação com a Área Metropolitana de Lisboa e disse: “sendo o Município do Distrito de Setúbal, tem no nosso entendimento algumas características específicas dos Distritos da Margem Sul e Península de Setúbal”. Portanto, não preciso de ler mais nada, para perceber que não há qualquer tipo de comparação.

E de facto, quando eu digo que lamento esta luta partidária é porque corremos o risco, há esta desvinculação do Partido Socialista nas Câmaras Municipais onde tem maioria, Barreiro, Moita e Almada, qualquer dia estamos aqui a assistir, ou seja o Partido Socialista nos Municípios onde tem a maioria faz uma Associação e fica outra Associação também onde a CDU tem a Presidência dos Municípios. E, portanto, nós não queremos isto, o que nós queremos de facto é que haja negociação, que haja entendimento e que não fiquemos aqui sem uma Associação como nós dissemos, é extremamente importante para o Distrito de Setúbal.”

**7.3.2.8 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só por uma questão muito clara que importa dizer.

A necessidade que foi aqui evocada da Associação se revisitar, se pensar, rever os seus estatutos, aumentar a sua função, a sua abrangência, a sua representatividade, que a CDU vem agora, neste momento, reclamar é aquilo que nós estamos a reclamar desde 2018. Senhor Deputado Municipal, desde 2018. E temos reclamado sucessivamente. E temos dito, é uma condição sine qua non, para que Almada permaneça, porque Almada tem contas a prestar aos almadenses e Almada tem de facto, de dizer aos almadenses porque é que participa nesta Associação e porque é que aliás é o principal contribuidor desta Associação, não tendo nenhum benefício sobre esta Associação. Almada não tem nenhum problema em ser generosa com os seus parceiros, mas como disse a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, há um momento em que apesar de tudo temos que prestar contas. Um dos grandes gastos é o festival da Liberdade que nunca se realizou em Almada e provavelmente não faz sentido realizar-se em Almada. Porque nós temos o Sol da Caparica, porque temos vários festivais, não sei porque é que nunca se realizou. Eu confesso porque foi uma decisão na altura da AMRS, nunca se realizaram em Almada, aliás, eu não me recordo sequer que tenha havido debate com o Bloco de Esquerda ou qualquer outro partido tenha sido consultado para qualquer atividade da AMRS, mas posso estar enganada. Da parte do PS eu sei que pouco ou nunca foram consultados.

Mas também o Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas, mencionou justamente um modelo que foi o exemplo que nós demos. Por exemplo, o Setúbal Península Digital, Almada é que tem um financiamento à parte, autónomo, Almada na altura considerou que não se queria associar e não se associou. Portanto, das atividades da AMRS, é o único exemplo e é um exemplo desses que nós deveríamos seguir. Cinco anos a defender isso. Havendo uma iniciativa, tem um orçamento próprio, os Municípios querem aderir aderem, e pagam a contribuição a essa atividade, e quem não quer aderir não adere e foi o que Almada fez justamente com o Setúbal Península Digital que o Senhor Deputado Municipal citou. E foi esse exemplo que nós demos. Temos que repensar toda a gestão da AMRS, reduzir o montante da quota, e vamos pegar em cada uma das atividades, seja a Liberdade, seja a Quinta de São Paulo, seja o Museu de Arqueologia, eu também por honestidade tenho que dizer, que houve um consenso dos Municípios, por exemplo, o Museu de Arqueologia de Setúbal deveria ficar a cargo de Setúbal, parece-nos evidente. Poderemos continuar a levar as nossas crianças a visitar o Museu de Arqueologia de Setúbal, não precisamos de pagar pelo Museu de Arqueologia de Setúbal, e continuamos a emprestar e a ceder peças ao Museu de Arqueologia de Setúbal na boa colaboração que sempre tivemos entre Municípios. Portanto, não faz sentido nós sermos associados de uma Associação para que Setúbal mantenha o seu Museu e bem. Porque é o Museu de Setúbal. E, portanto, para nós, isto é, uma evidencia. Também houve uma recusa total se querem abordar esta situação.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, aqui chegados, muito aqui foi dito, sim, o Distrito precisa de uma associação representativa, que nunca como disse e muito bem, a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, não tentem confundir. Assim que vier a ser criada e que é facultativa, os Municípios fazem parte ou não fazem parte, há uma ideia que não tem nenhuma base de sustentação, que a AMRS poderia como um golpe de mágica, mantendo a estrutura que tem, mantendo os encargos que tem, mantendo todas as instituições de gestão e as dificuldades de gestão que tem, se iria num passo de mágica, transformar numa comunidade intermunicipal. Era preciso acabar com a AMRS para constituir uma Comunidade Intermunicipal, neste caso só acaba com a AMRS se os associados que lá estão e que lá ficam decidirem acabar com a Associação. Agora, os associados eu acho que ainda têm autonomia para o fazer.

Onde é que esta decisão foi tomada? Só para dar aqui uma nota. Esta decisão e eu volto a dizer, não estamos a falar de uma Área Metropolitana, não estamos a falar de uma Comunidade intermunicipal. Onde é que a decisão e a gestão da Associação foi debatida pensada durante cinco anos? Nos órgãos próprios que são os órgãos da Associação. Eu lamento, mas quer dizer, nós não podemos estar a convidar nem Municípios, nem forças políticas, que não estão nos órgãos próprios da Associação, não faz sentido.

Por fim, eu garanto que se Almada, ou o Barreiro, ou a Moita, tivessem a esperança que nem que fosse daqui a vinte anos, a AMRS viesse a ter uma centésima da importância que tem a OMS, garanto-lhe Senhor Deputado Municipal que nós não sairíamos, infelizmente não tem. Portanto, qualquer comparação entre a AMRS e a OMS, é tão absurda de que qualquer comparação entre o Partido Socialista e o Trump.”

7.3.2.9 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A questão é só o dia de amanhã. E voltamos a lembrar, a Associação de Municípios da Região de Setúbal, com a sua integração na Área Metropolitana de Lisboa, foi fortemente prejudicada no que diz respeito ao acesso aos fundos comunitários. Eu penso que a Senhora Presidente, os/as Senhores/as Vereadores/as, os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, que integram a Assembleia Municipal, sabem isso perfeitamente. E, portanto, são muitos milhões de euros que não chegam à Península de Setúbal, fruto daquilo que decorreu da sua adesão à Área Metropolitana de Lisboa, a sua integração na Área Metropolitana de Lisboa. Foi uma decisão tomada em consciência, e uma decisão tomada com a convicção, que na Área Metropolitana de Lisboa e com a compreensão da Administração Central, seria possível ir encontrando as soluções que permitissem reequilibrar aquilo que de acordo com as regras comunitárias de acesso aos fundos, nós tínhamos perdido. E nesse trabalho, nessa luta, que não teve o êxito que nós desejávamos, teve um papel central a Associação de Municípios da Região de Setúbal. E esse problema não está resolvido. Esse problema não está resolvido e o que é estranho, é porque é que neste exato momento, em que se caminha para uma solução ou pelo menos está apontada uma solução, o Partido Socialista de uma forma coordenada na Península de Setúbal, opta por retirar aquilo que se chamaria noutras circunstâncias, a capacidade de intervenção em lóbi dos Municípios da Península e da Região de Setúbal. Sim, porque é disso que se trata. Aquilo que se está a propor aqui, é que nós fiquemos silenciados e com incapacidade de reagir de uma forma coordenada e com peso político. Porque é disso que se trata, é do peso político que é fornecida esta região pela existência de uma Associação de Municípios da Região de Setúbal.

E é justamente esse peso político que é necessário assegurar e é para essa reflexão que apelamos, no sentido de que a proposta seja neste momento retirada, que seja possível a esta Assembleia Municipal refletir sobre ela, dotar-se de todos os elementos necessários para tomar uma decisão em perfeita consciência. Que ultrapasse aquela ideia que foi aqui dada e de certa maneira de uma forma exagerada pelo Senhor Deputado Municipal José Rocha e que nós não podemos alimentar. É preciso que travemos esta batalha juntos em nome da população da nossa Região.”

7.3.2.10 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero dar uma nota muito rápida, até para responder ao Senhor Deputado Municipal José Rocha.



Almada está apostada em criar instituições representativas da Península de Setúbal ou do Arco Ribeirinho Sul, como é por exemplo, a questão que nós estamos a resolver relativamente à AGENEAL, propondo e trabalhando na criação de uma agência de energia que envolva todo o Arco Ribeirinho Sul. Portanto, ao contrário do que aqui foi dito, Almada considera que devemos ter associações e entidades que supramunicipais que nos dão mais força em matérias determinada.

Agora, vamos ser realistas, eu não quero ser de modo nenhum indelicada. Mas qual é que foi o peso da AMRS na questão dos transportes? Qual é que foi o peso da AMRS na transferência de competências? Qual é que é ou foi ou será o peso da AMRS seja na saúde, seja na cultura, seja na educação? Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas, eu percebo que se calhar é sempre difícil ver um sonho ou ver um filho partir. Agora, está a falar de uma associação que não existe, com uma importância e com um peso político que não existem. Que não existem pelo menos há cinco anos. Mas de facto, em 2013, quem acompanhou essa alteração que diz ter sido tão dramática para a AMRS, foi o Senhor Deputado Municipal, e ainda bem que diz que tomou a decisão em consciência. Nessa altura, de facto, teria sido uma boa altura para olhar para os estatutos da AMRS e de facto, transforma-los, moderniza-los, e torna-la numa associação representativa do nosso Distrito ou da nossa Península de Setúbal. Pelo menos ser coerente.

Só quero lembrar, muito antes desta saída já houve um Município que saiu que foi Sines, nós como lhe disse, o compromisso e nós fizemos o nosso trabalho, que era trazer de volta Sines, aliás, com a condição que outro lado também pudesse trazer Grândola para haver uma representação de todo o Distrito. Sines na altura disse, vão-se alterar as razões pelas quais nós saímos? E nós garantimos, Vão. Passado um ano, não se alteraram e Sines disse: “meus amigos temos pena não voltamos”. Se houve tentativas de colocar Grândola, nós não temos a notícia disso, porque infelizmente não temos notícia que tenha havido um único esforço para cumprir o compromisso.”

7.3.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação de não admissão da proposta da CDU, entendimento da Mesa da Assembleia Municipal, tendo obtido 14 votos contra sendo 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra e 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE, 4 abstenções sendo 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP e 20 votos a favor sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD.

7.3.4 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da Proposta da Câmara Municipal, sendo a proposta aprovada por maioria com 22 votos a favor sendo 17 de eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 de eleitos do Grupo Municipal do PSD e 2 de eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 abstenção da eleita do PAN e 15 votos a favor sendo 11 de eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 de eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada aprova ao abrigo da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a saída do Município de Almada da AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal, nos precisos termos da deliberação camarária de 7 de novembro, que aprovou a proposta nº 2022-593-GP.*

7.3.5 – Anunciaram a apresentação de declarações de voto por escrito os Senhores Deputados Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), António Pedro Maco (CDS-PP) e João Galdes (CDU).

7.3.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido CHEGA é na sua essência contra a regionalização, porque esta não vai trazer mais coesão territorial, mas em vez disso, vai criar mais desigualdades e sobretudo criar mais “tachos políticos”.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Por Portugal, pelos portugueses, o CHEGA defende o princípio do municipalismo, pois somos nós autarcas, que estamos mais perto das populações e dos seus problemas. Daí que é fundamental um reforço na descentralização, mas feita com a respetiva dotação financeira.

Porque defendemos este combate ao desperdício e ao excesso de cargos políticos, votamos hoje em conformidade com as linhas do Partido, que é favorável à saída da Associação de Municípios da Região de Setúbal.

A AMRS nunca foi uma organização de defesa conjunta do Distrito, mas antes, uma organização que só serve para roubar recursos às autarquias associadas e dar emprego a ‘boys’ e a desempregados políticos.

Por tudo isto, o nosso voto é favorável à saída da AMRS.”

7.3.5.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Perante a proposta do executivo da Câmara Municipal de Almada para a saída do município da Associação de Municípios da Região de Setúbal, o CDS-Partido Popular entende que deveria ter sido dada a oportunidade tal como mais tempo, a todas as forças políticas com representação nos órgãos autárquicos do concelho, nomeadamente as representadas na Assembleia Municipal de Almada e sem representação na câmara, para que a proposta fosse estudada com maior rigor e tivesse um maior esclarecimento na tomada de decisões.

Sabe-se do papel fundamental que este tipo de entidades e associações tem na persecução dos interesses dos municípios e das populações geograficamente abrangentes considerando ainda a representatividade de todos os municípios com voz e oportunidade para fazer valer as prioridades e a estratégia regional e local onde estão os concelhos inseridos.

A AMRS não deve ser exceção e deve centrar-se fundamentalmente na defesa do desenvolvimento da região e dos municípios do distrito e da Península de Setúbal, tornando-se como um instrumento de alavancagem e de coordenação a toda uma estratégia geral e cooperativa em torno dos seus associados e das populações.

Sabe-se ainda que é exigido por parte da coordenação e responsáveis um trabalho constante, árduo e responsável nomeadamente na gestão dos recursos financeiros, grosso modo, auferidos através dos municípios contribuintes que disponibilizam uma verba para persecução das suas mais elementares funções e cumprimentos de objetivos. Essa exigência aumenta à medida e na proporção das necessidades das populações e das conjunturas sociais e económico-financeiras.

Deste modo, urge que haja rigor na gestão das verbas e na aplicação dos recursos dando prioridade aquelas que são as verdadeiras necessidades dos municípios, direcionadas para o desenvolvimento dos mesmos e com um escrutínio permanente, transparente e rigoroso.

Por outro lado, é fundamental que estas entidades funcionem de forma transparente, democrática e completamente alheia a jogos e calendários partidários que em nada abonam em favor das populações. A partidarização destes sectores, é, por norma, desastrosa para desviar as verdadeiras atenções e objetivos das instituições que são geridas através do dinheiro dos contribuintes locais.

Em suma, o CDS-PP entende que deveria ter havido mais cautela na tomada de decisão por parte do executivo municipal e ter alargado quer no tempo quer nos intervenientes, a discussão antes dar o passo em frente.

7.3.5.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Proposta nº 2022-593-GP, discutida e votada na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de dezembro de 2022, aponta no sentido da desvinculação do Município do Almada da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS).



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7/1

Esta desvinculação, a concretizar-se, terá consequências negativas em matéria de coesão regional, e representará prejuízo para o município na sua integração nas decisões que influenciam no desenvolvimento da Região e, em particular, no PEDEPS – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal, bem como no conjunto de projetos regionais ou no espaço de articulação intermunicipal, quer no plano político, quer no plano técnico, sobre as mais diversas matérias que importam à vida dos municípios.

Importa sublinhar que a AMRS foi a primeira Associação de Municípios do país, criada em 1982 (completou no dia 25 de outubro de 2022 quatro décadas de existência), e durante mais de dez anos não existiu qualquer outra experiência deste tipo e desta natureza.

Ao longo destas quatro décadas de trabalho, a AMRS desenvolveu importantes projetos de reflexão, pensamento e conceção de soluções de desenvolvimento para a região de Setúbal, assentes no princípio da cooperação, articulação e solidariedade entre todos os municípios que a constituem. Projetos que deram dimensão regional, e por isso mais projeção e mais peso institucional, às diferentes visões dos diferentes municípios relativamente ao desenvolvimento de toda a região aos mais diversos níveis.

Entre os projetos desenvolvidos no quadro da cooperação intermunicipal que a AMRS possibilitou, contam-se a rede intermunicipal de bibliotecas, a promoção de centenas de ações de formação para trabalhadores dos municípios associados, os projetos de dimensão regional em articulação com escolas e movimentos de cidadãos, o Festival Liberdade, o Kit Guernika, uma multiplicidade de encontros sobre educação, sobre leitura pública entre outras matérias, promoveu, promove, e integra grupos intermunicipais de eleitos e técnicos em praticamente todas as áreas de intervenção e competência dos Municípios.

A AMRS assumiu-se sempre como uma voz da região de Setúbal, um interlocutor válido na defesa dos interesses específicos desta região no seu conjunto, e de cada um dos Municípios que a integra.

Logo após a sua criação desenvolveu o Plano Integrado da Península de Setúbal, um plano que viria a dar origem a uma operação governamental apoiada por fundos comunitários da então Comunidade Económica Europeia (CEE), designada por Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal (OID-PS).

No início do século XXI (ano 2000), a AMRS desenvolveu o Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPS), à data único no país, que envolveu a participação ativa de mais de uma centena de entidades de diferentes setores económicos e sociais da região, setores que se mantêm hoje ainda envolvidos neste processo no âmbito da Comissão Executiva do PEDEPS, a qual desempenhou um papel decisivo e determinante para o reconhecimento por parte do Governo sobre a necessidade de criação de uma nova nomenclatura estatística para a Península de Setúbal, com a criação de uma NUT II e conseqüente captação de mais recursos financeiros oriundos dos fundos comunitários.

Esta decisão de desvinculação da AMRS traduz uma intenção clara do Partido Socialista (PS) de liquidar a Associação.

Na postura assumida pelo PS – em Almada como noutros municípios da Região de Setúbal – não existe sequer vestígio de um pensamento regional; não existe sequer vestígio de preocupação com a promoção da coesão regional; não existe sequer vestígio de opção pela articulação, cooperação e solidariedade entre os Municípios; não existe sequer vestígio de qualquer intenção de defesa dos interesses próprios e específicos da região de Setúbal; não existe sequer vestígio de preocupação com os trabalhadores da Associação de Municípios da Região de Setúbal, mais de 30, alguns deles há várias décadas.

Face a esta realidade, e considerando que não se encontravam reunidas as necessárias condições para que os eleitos pudessem avaliar o real impacto da decisão preconizada pela proposta de desvinculação da AMRS na vida do município e da região, nem para uma tomada de uma decisão em consciência nesta sessão ordinária da



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Assembleia Municipal, o Grupo Municipal da CDU propôs que a apreciação e votação da proposta fosse adiada, e que fosse constituída de uma Comissão Eventual da Assembleia Municipal para abordar de forma aprofundada todas as implicações deste processo.

Rejeitada esta proposta de adiamento, o Grupo Municipal da CDU decidiu votar contra a proposta apresentada pelo executivo municipal pelas razões acima descritas.”

7.4 – Entrou-se nos pontos 3.5, 3.6 e 3.7 da agenda, relativos à apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Tarifas e dos preços a cobrar pelos SMAS em 2023”, “Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2023” e Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS para o ano de 2023”;

7.4.1 – Para apresentar as propostas usaram da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro e a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira

7.4.1.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Conselho de Administração dos SMAS, propôs à Câmara Municipal de Almada, na sequência de uma deliberação tomada por essa Câmara Municipal em agosto de 2021, uma proposta de adesão do Município de Almada à tarifa social de prestação de serviços de água, ao abrigo da legislação da tarifa social automática. Bem assim como propôs a revisão do tarifário, e a proposta de revisão do Regulamento de Abastecimento de Águas Residuais dos SMAS.

O novo Tarifário proposto para 2023, foi elaborado de acordo com as regras que estão estabelecidas e recomendadas pela Entidade Reguladora, a ERSAR e não é de todo comparável com o que se encontra em vigor e que foi aprovado em 2011.

Nesse sentido e considerando que era um tema complexo, daí a demora na apresentação desta proposta à Câmara Municipal e agora à Assembleia Municipal, o Conselho de Administração dos SMAS, apoiou-se quer nos seus dirigentes, quer no trabalho dos seus trabalhadores, na elaboração deste novo tarifário, tendo também recorrido à mesma entidade que apoiou o Conselho de Administração de então dos SMAS, na elaboração da proposta que estava em vigor até à data.

Aquilo que procuramos com o novo tarifário foi, para além naturalmente de obedecer aquilo que são as recomendações da ERSAR, permitir que seja um tarifário moderno, adaptado aquilo que é as necessidades de financiamento dos SMAS bem assim como aquilo que são os custos da estrutura dos Serviços Municipalizados.

Como referi o Tarifário não é de todo comparável e muito menos nos revemos em algumas interpretações que têm surgido no sentido de falarem de aprovações ou de atualizações muitas vezes referidas superiores a 60% como já foi referido. Não é de todo esse o sentido e posso vos dizer que os Tarifários atuais, inclusive na definição dos escalões foram alterados modificando-se aquilo que era o critério de definição, não pelo diâmetro nominal dos contadores, mas sim, por exemplo, com o caudal permanente debitado pelos mesmos.

Aquilo que também foi procurado pelos SMAS, foi equilibrar aquilo que é a tarifa da água com também a tarifa do saneamento. E aquilo que procuramos fazer foi de acordo com a estrutura de custos, atualizar e se no caso do Tarifário da água existe algum acréscimo, no que diz respeito ao saneamento estamos a falar de uma redução. O impacto que nós estimamos ter e foram feitas várias simulações, apontam efetivamente, para que estejamos a falar num contrato pensamos que 60% da população, portanto, estamos a falar de um cliente médio em que tenha um consumo de 12 metros cúbicos mês, estejamos a falar de um aumento da fatura inferior a um euro por mês.

Inclusive, estimamos que no caso de consumos de 15 metros cúbicos por mês, possa haver lugar inclusive a uma redução na fatura mensal.



No que diz respeito ao não doméstico e aos pequenos comerciantes por exemplo, aquele que tenha um pequeno café, estamos também a falar e estimamos nós um impacto inferior a um euro por mês e nos casos de um pequeno comerciante que tenha um consumo de aproximadamente de 12 metros cúbicos por mês, possa ter uma redução de aproximadamente de dois euros.

Estas foram simulações efetuadas pelos serviços dos SMAS, que agradeço o empenho que todos eles tiveram na elaboração deste Tarifário, irá permitir efetivamente que os SMAS possam fazer face aquilo que são as despesas de funcionamento bem assim como as perspetivas de investimento que se tornam necessárias para os próximos anos.”

7.4.1.2 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou de uma forma muito rápida apresentar a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara relativamente ao Tarifário de Resíduos Urbanos e da Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos.

Sabemos que o Decreto-Lei 194/2019, confere aos Municípios e às Comunidades Intermunicipais a capacidade de fixar os preços e demais instrumentos de remuneração a cobrar nomeadamente, pelo serviço de gestão de resíduos sólidos, os quais não devem ser inferiores aos custos indireta e indiretamente suportados com a prestação dos serviços ou com o fornecimento de bens que lhe correspondem, tendo em conta que o Município de Almada é a entidade gestora do serviço de Gestão de Resíduos Urbanos no respetivo território e que nos compete, compete à Câmara Municipal fixar esse Tarifário e que deve ter presente na fixação desse mesmo Tarifário, por um lado, o custo da prestação do serviço, tendo em conta nomeadamente, as perspetivas de investimento para 2023 e os efeitos do aumento previsto das tarifas aplicadas pela AMARSUL, bem como da Taxa de Gestão de Resíduos conforme fundamentação anexa à proposta a que os/as Senhores/as Deputados/as Municipais têm convosco, tendo ainda presente o diferencial entre os custos da prestação dos serviços e os proveitos resultantes da aplicação do Tarifário, aquilo que propomos a esta Assembleia Municipal, é que seja aprovado nos termos do disposto da alínea c), do nº 1, do artigo 25º, das alíneas c) e ccc) ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do anexo à Lei 75/2013, do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Imagem, Limpeza, Higiene Urbana de Almada, propõe-se aprovar a seguinte proposta de Tarifário dos Serviços de Resíduos Urbanos, para vigorar em 2023, a partir do dia 1 de janeiro, estando ainda condicionado à emissão do parecer da ERSAR.

Os/as Senhores/as Deputados/as Municipais têm presente o quadro que é proposto, relativamente à Tarifa de disponibilidade doméstica e não doméstica, à tarifa variável também doméstica e não doméstica, e também aprovar o subsídio de 1.381.057.00€ (um milhão trezentos e oitenta e um mil e cinquenta e sete euros), que corresponde ao impacto financeiro da aplicação neste momento, dos tarifários sociais, nos termos do artigo 22º, do Regulamento da Lei 52/2018, neste momento é este que se verá um forte impacto quando implicarmos a nova tarifa social, terá um crescimento em grande para 2023, e também submeter a esta Assembleia Municipal a proposta que acabei de apresentar e que foi aprovada em reunião de Câmara:”

7.4.1.2 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Orçamento dos SMAS para 2023, prevê uma receita de aproximadamente 42.000.000.00€ (quarenta e dois milhões de euros), sendo que 38.000.000.00€ (trinta e oito milhões) provenientes de receita corrente.

Naturalmente que, o impacto maior desta receita provem da sua faturação, sendo que, não só vem da aplicação da nova tarifa, mas vem também sobretudo, daquilo que é a procura por parte dos SMAS, da sua eficácia de eficiência no processo de cobrança, e nesse sentido os SMAS irão implementar a partir do próximo ano, um novo software que irá permitir de facto, aumentar e melhorar esse processo de cobrança, evitando situações como têm sido recorrentes de alguma prescrição de créditos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Nesse sentido também o Orçamento do próximo ano, prevê sobretudo um reforço nas rubricas de investimento, com a remodelação quer de condutas de água, quer de coletores de saneamento. E nesse sentido, destaco aqui algumas das obras que irão ser realizadas e que se perspetivam.

No que diz respeito à rede de distribuição, em baixa as obras que irão ser feitas na rua e no Largo Conde Ferreira em Almada, na rua Dr. Francisco Inácio Lopes em Almada, as condutas da rua Maestro Leonel Duarte Ferreira em Almada, na rua e calçada da Cerca em Almada, na rua do Registo Civil em Almada, na rua União Piedense na Cova da Piedade, na rua da Alembração no Feijó, na rua Afonso Paiva no Feijó, na rua Vila do Seixal no Feijó, rua Duarte Melo, rua Diogo Lopes Sequeira, rua Mário Azevedo Gomes no Feijó, na rua de São Pedro na Trafaria, e na rua 5 de Outubro, Fonte Santa Caparica.

No que diz respeito à rede de saneamento em baixa, prevê a realização de obras em coletores, quer em Almada, Cova da Piedade, Charneca de Caparica, Feijó.

Prevemos também um reforço de investimento nos furos de captação, remodelação da rede de água, remodelação da rede de drenagem, a reabilitação de adutoras, obras de conservação nas ETAR,s da Quinta da Bomba, da Mutela, do Portinho da Costa, bem assim como a implementação e a criação de projetos de inovação e desenvolvimento, quer em ETAR,s, quer no sistema de produção de água, quer também no saneamento.

Relativamente às rubricas com pessoal prevê-se um acréscimo superior a 600.000.00€ (seiscentos mil euros), provenientes sobretudo das atualizações da valorização e remuneração das carreiras e categorias.

Acreditamos que este Orçamento para 2023, é um Orçamento ambicioso e é um Orçamento que virá permitir efetivamente, um grande reforço naquilo que deve ser a questão do investimento nas infraestruturas de rede de água e de saneamento.

Quero aqui reforçar também aquilo que é o esforço que será realizado pela Câmara Municipal na questão do tarifário social, que implicará que a Câmara Municipal venha a suportar valores superiores a 2.000.000.00€ (dois milhões de euros) no suporte da aplicação da tarifa social automática.”

7.4.2 – No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros.

7.4.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes da intervenção que a CDU preparou para este ponto, gostaríamos de fazer duas perguntas ao Senhor Presidente do Conselho de Administração dos SMAS e Vereador da Câmara Municipal de Almada e que são as seguintes:

Na proposta que nos foi distribuída, no ponto 9, afirma-se o seguinte: “A aprovação do novo Tarifário respeitante à prestação de serviços no domínio do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, na medida em que prevê critérios inovadores para aplicação de escalões de consumo, implica a revogação dos artigos 66º e 67º do atual Regulamento de Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais.

O que nós gostaríamos de saber é que critérios inovadores são estes de que a proposta nos fala.

A segunda pergunta é a seguinte: os SMAS têm para o ano de 2023, uma previsão de investimentos que atinge 9.161.200.00€ (nove milhões cento e sessenta e um mil e duzentos euros). Sabemos que a esta altura do ano, o investimento dos SMAS em 2022, fica em pouco mais de 3.000.000.00€ (três milhões de euros). A pergunta é se os SMAS estão preparados para executar o triplo daquilo que executaram em 2022 no ano de 2023.

Colocadas as questões entraria então na intervenção que preparamos.

No âmbito do exercício do direito conferido pelo Estatuto da Oposição, a CDU entendeu apresentar à Presidente da Câmara Municipal, e à maioria que governa o Município, um conjunto de mais de três dezenas de propostas para consideração nas opções do plano e orçamento para 2023, sobre diferentes matérias e responsabilidades municipais, num esforço de contribuir de forma construtiva para um futuro melhor para todos os Almadenses.



Em termos gerais, a CDU propôs que em 2023 a Câmara Municipal de Almada assumisse uma política de inequívoco e ativo apoio aos Almadenses, canalizando no essencial os seus esforços de investimento para uma resposta positiva às necessidades básicas de todos, como resposta a um quadro económico e social particularmente difícil e adverso à grande maioria dos cidadãos e das famílias.

Entendemos que a resposta que se exige ao Município em 2023, tem de passar necessariamente pela adoção de medidas concretas nos domínios social, económico, cultural e ambiental, privilegiando apoios expressivos às instituições, clubes e coletividades do Movimento Associativo e Popular, às atividades de criação artística e cultural, à melhoria das condições de acesso, conforto, segurança e de educação e ensino de competência municipal, ao reforço do serviço público municipal, incluindo a melhoria das condições de trabalho e de segurança dos trabalhadores, à melhoria contínua do serviço público à população, ao reforço das verbas a transferir para as Juntas e Uniões de Freguesia, e à promoção da utilização do transporte público.

Em termos orçamentais, a CDU propôs que, além dos apoios diretos e expressivos nestas áreas de responsabilidade municipal, fossem ainda encontradas respostas ao nível fiscal e dos preços dos serviços, que se traduzissem na dinamização da atividade económica, social e cultural, passando designadamente pela redução de impostos, nomeadamente pela redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em 0,01 pontos percentuais, e pela revisão em baixa de outras taxas, tarifas e preços praticados pelo Município.

A resposta que maioria PS deu às propostas apresentadas pela CDU, vertida para os documentos que agora apreciamos, afasta-se, contudo, para o ponto extremo oposto daquilo que identificamos como as mais prementes necessidades dos Almadenses nos tempos que vivemos.

O PS e a sua maioria fizeram aprovar na Câmara Municipal, e propõem agora que a Assembleia Municipal siga o mesmo caminho, para além dos documentos previsionais para o ano de 2023, um conjunto de propostas de política fiscal e de política de preços do Município, que traduzem, em conjunto com os documentos previsionais, um profundo desligamento das opções da política municipal da necessária preocupação e solidariedade, relativamente aos graves problemas de natureza social e económica que afetam a generalidade dos Almadenses.

Com estas propostas, o PS e a sua maioria mostram-nos, com cristalina transparência, que a sua opção para o governo de Almada não passa pelos interesses e direitos dos Almadenses.

Neste ponto da ordem de trabalhos apreciamos as propostas da maioria relativas aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS): os documentos previsionais, opções do plano e orçamento, e os novos tarifários previstos para o consumo de água e saneamento e para o tratamento de resíduos sólidos.

A eventual aprovação por esta Assembleia Municipal dos novos tarifários a praticar a partir de 1 de janeiro de 2023 pelos Serviços Municipalizados, corresponderá a um brutal aumento dos custos com consumo de água imposto pela maioria PS à grande maioria dos Almadenses.

Num momento em que a generalidade dos almadenses – e dos portugueses –, é forçada a viver em situação de enorme pressão económica e social em função da crise especulativa que está lançada, as respostas que encontramos nas propostas da maioria que governa Almada, fica indelevelmente marcada por uma estranha e inusitada insensibilidade social relativamente às dificuldades com que se confronta no quotidiano a grande maioria dos almadenses.

Desagregando aquilo que a maioria nos propõe, e considerando por exemplo o consumo de água, o que estas propostas traduzem são aumentos brutais para a generalidade dos consumidores domésticos, tanto na tarifa fixa – que aumenta 49,31% no 1º escalão e 52,57% no 2º escalão – lembramos que estes dois escalões abrangem a esmagadora maioria dos consumidores domésticos (segundo os dados disponíveis, representam 89,39% do consumo estimado em 2022) –, como na tarifa variável, aplicada por escalões de consumo, e que aumenta 35,17% no 1º escalão, diminui residualmente em 5,92% no 2º escalão, volta a aumentar em expressivos 68,52% no 3º escalão e 38,76% no 4º escalão.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente aos consumidores não domésticos, a tarifa fixa conhece igualmente aumentos substanciais para a generalidade dos consumidores – 52,57% no 1º escalão (que corresponde aos pequenos comerciantes e outras atividades económicas de pequena dimensão, e representa 95,05% do total de consumidores não domésticos), sendo que a tarifa variável sofre uma redução residual de 2,55% para o mesmo universo de consumidores.

Interessante é verificar que o único escalão de consumos que sofre um desagravamento com alguma expressão com a aplicação do novo tarifário, é aquele que se aplica aos grandes consumidores não domésticos (acima dos 25 m<sup>3</sup> de consumo/mês), o que significa que não bastando os lucros obscenos que uma grande parte destes grandes consumidores vêm acumulando, fruto da especulação instalada, veem agora os SMAS de Almada dar-lhes também uma mãozinha, baixando-lhes a fatura mensal que pagam pelo consumo de água. Mas já nem sequer estranhámos esta realidade; ela encaixa com perfeição nas opções políticas, e nas opções de classe, não receamos afirmá-lo, a que esta maioria nos vem habituando desde há cinco anos!

Os valores que referimos não são abstratos nem uma invenção da CDU. São valores reais, que se compreendem facilmente, bastando comparar as receitas orçamentadas pelos SMAS em 2022, com as previsões de receitas que constam da proposta de orçamento para 2023 – que iremos votar dentro de momentos –, para confirmar os brutais aumentos das tarifas que denunciámos.

Aumentos que se confirmam, também, se lermos com atenção o parecer sobre esta matéria que a entidade reguladora do setor emitiu, e que o Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMAS, em boa hora, nos fez chegar a todos.

O parecer que referimos é, ainda, lapidar revelador relativamente a duas ideias que nos querem “vender” como boas a todos, mas que não passam de pura mistificação, desculpas para o prosseguimento de uma política que não serve os interesses da comunidade que somos.

A primeira ideia é a de que não é possível a subsidiação das tarifas praticadas pelos serviços municipalizados. O parecer diz-nos que sim, é possível. Quando refere que os regulamentos não preveem a existência de um tarifário social para consumidores não domésticos, sublinhando que devem por isso ser eliminados, mas acrescentando que se o município decidir manter esse tarifário, então a Câmara Municipal terá de assumir a sua subsidiação.

Ora, se é possível subsidiar algumas tarifas, é possível subsidiar todas as tarifas. Dizemos nós, CDU, há muito tempo, e diz também a entidade reguladora deste setor, agora.

A segunda ideia desmistificada é ainda mais importante e significativa. É que, afinal, o Município não é obrigado a praticar uma política subserviente ao princípio ultraliberal do utilizador/pagador, não é obrigado a seguir as recomendações que a própria entidade reguladora emite nesse sentido, sendo tão só necessário, caso o município entenda não seguir essa via, fundamentar essa decisão junto da própria entidade reguladora.

E como é fácil fundamentar essa opção: seria suficiente invocar o princípio constitucional da autonomia do Poder Local Democrático, conjugando esse preceito com a plena observação do artigo 2º da Lei das Autarquias Locais, que estabelece que “constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações [...]”. Estava, desta forma, solidamente fundamentada uma decisão que protegia as populações de Almada. Mas tal não é a opção do PS e da sua maioria, que infelizmente insiste em percorrer outros caminhos.

E mesmo naquele que poderia apontar-se como um aspeto positivo destas propostas, a introdução da tarifa social automática (finalmente!), que a maioria não se cansa de propagandear como grande conquista sua, escamoteando, no entanto, que ela resulta de uma deliberação aprovada por esta Assembleia Municipal há quase dois anos e meio, e que constitui em si mesmo um passo importante e um aspeto positivo, a proposta da maioria acaba por distorcer os seus objetivos sociais, ao optar por financiar os custos dessa medida pelo brutal aumento das tarifas. É assim como dar com uma mão, mas tirar logo a seguir com a outra; e é também, mais



uma vez, a expressão inequívoca dos princípios ultraliberais que norteiam a intervenção política da atual maioria.

Este quadro profundamente negativo, é ainda agravado por um outro brutal aumento de preços, que a maioria PS nos propõe, neste caso relativo ao Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos.

O caminho que o PS e a sua maioria pretendem seguir, representará um aumento de 25% na tarifa de disponibilidade deste serviço (tarifa fixa mensal), e de 26% na tarifa variável (aplicada por cada m3 de água consumida), no caso dos consumidores domésticos. Para os consumidores não domésticos, estas tarifas aumentam 9,78% e 53,44%, respetivamente.

Mais uma vez, deparamo-nos com a aplicação de critérios puramente economicistas à gestão de um bem que, pela sua natureza social, deve ser assegurada pela aplicação de critérios e princípios também eminentemente sociais e não de negócio puro e duro.

E neste caso a situação é ainda mais grave, porque os aumentos propostos se destinam, no essencial, a engordar ainda mais os lucros privados de quem detém a maioria no capital social da empresa que gere este sistema, que todos os anos distribui dividendos pelos respetivos acionistas, enquanto esquece o seu dever de investimento na melhoria dos serviços prestados às populações.

Ao mesmo tempo que se distribuem dividendos pelos acionistas, aquilo que todos nós sentimos diariamente é que os serviços prestados às populações se degradam de ano para ano.

Perante esta realidade, a Câmara Municipal de Almada faz “orelhas de mercador”, acata as imposições da empresa privada e acionista maioritária, e faz recair os custos dessa sua opção sobre os orçamentos familiares dos almadenses. De novo, não são os almadenses e os seus legítimos interesses que mobilizam a atual maioria no Município; são outros interesses!

Cabe ainda aqui uma palavra sobre as decisões já tomadas pela Câmara Municipal no que se refere à atualização das taxas e preços praticados pelo Município, sobre as quais esta Assembleia Municipal não é chamada a pronunciar-se.

Esta atualização é fundamentada no regulamento em vigor, que prevê a aplicação automática da variação do índice de preços ao consumidor (excluindo a habitação), que o INE estima para 2022 em cerca de 9%, valor que a Câmara Municipal entende que deve fazer os almadenses pagar pelos serviços que presta aos cidadãos.

A CDU denuncia esta decisão, que revela, uma vez mais, a profunda insensibilidade social que caracteriza a atual maioria PS/PSD, que é aplicada num quadro de profunda degradação das condições de vida, imposto pela ânsia especulativa que vivemos, e que contribui objetivamente para o agravamento das condições de vida dos almadenses.

A CDU entende que esta atualização dos valores das taxas e preços municipais deveria ser suspensa no ano de 2023, mantendo-se inalteradas as respetivas tabelas. Essa sim; seria uma medida de apoio às famílias. Mas tal não foi a opção da maioria, que escolhe, por decisão política da sua exclusiva responsabilidade, impor novos sacrifícios injustificados e injustificáveis aos almadenses.

Em conclusão, com o PS na Câmara Municipal de Almada há cinco anos, e confrontados com as propostas que apresenta para 2023, acentua-se um caminho de retrocesso, que contrasta de forma flagrante com o rumo de progresso e desenvolvimento construído pelas populações e pela CDU ao longo de mais quatro décadas.

E já que estou no uso da palavra Senhor Presidente, permita-me que deixe aqui um esclarecimento ao Senhor Deputado Municipal Pedro Matias, que é também Presidente de Junta de Freguesia deste Concelho, relativamente à questão que ele aqui trouxe sobre a Opção Gestionária. Só para informar o Senhor Deputado Municipal, que independentemente de ter andado por cá estes anos todos, andou distraído. Todos os anos a



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

CDU aplicou a Opção Gestionária no Município de Almada, todos os anos. E ainda hoje, na Junta de Freguesia do Laranjeiro Feijó, que é presidida pela CDU, é aplicada a Opção Gestionária.”

7.4.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antecipadamente, pedir desculpa pela minha ausência na próxima reunião, o que é algo inusitado, porque eu provavelmente não poderei estar presente para apresentar o Orçamento, mas vou ser sujeita a uma intervenção cirúrgica sem gravidade, mas que me vai impossibilitar de estar aqui e de pronunciar uma palavra. Eu até poderei estar presente, mas calada. Ora, eu calada não tem graça nenhuma.

Portanto, se não me levarem a mal, peço de facto, desculpa da minha ausência. Tentamos inclusivamente alterar a Ordem de Trabalhos para permitir ser mais célere, não sendo possível, lamento mesmo essa circunstância muito especial deixo-vos aqui com uma grande Vice-Presidente, é uma mulher pequenina, mas também com um verbo maravilhoso e certamente com um falar mais doce do que o meu.”

8 - Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Segunda Reunião da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Terceira Reunião, prevista para 20 de dezembro, pelas 21H15.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Inês de Medeiros, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Francisca Parreira, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, António Matos, Helena Azinheira, Mara Rita Silva Martins e Jefferson Oliveira.

10 – Foi verificada a presença de cerca de 24 munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_